



1290001979



FE

TCC/UNICAMP T729c

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**CICLOS DE PROGRESSÃO CONTINUADA:
o alerta dos professores**

Michelle Fabiana Trevisan

1014 5006

**Campinas - SP
2004**

Bib id 344676

UNIDADE...	FE
Nº CHAMADA:	TCC UNICAMP
	T729c
V:	EX
TOMAR:	10/3/9
PRE:	86/2005
C:	X
PREÇO:	2911,00
DATA:	02/04/05
Nº CPD:	

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Trevisan, Michelle Fabiana.

T729c Ciclos de progressão continuada: o alerta dos professores / Michelle Fabiana Trevisan. -- Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador : Luiz Carlos de Freitas.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Progressão continuada. 2. Professores -- Formação. 3. Sistema de Promoção escolar. I. Freitas, Luís Carlos de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-228
RP/FE

Michelle Fabiana Trevisan

Trabalho de conclusão de curso entregue
como exigência parcial para conclusão do
curso de Pedagogia na FE – Unicamp,
sob orientação do Prof. Luiz Carlos de
Freitas.

**Campinas – SP
2004**

*Agradeço à minha família pela
compreensão durante todos esses anos,
principalmente a meu pai que cuidou do
meu filho para que eu pudesse concluir o
curso.*

*Ao meu querido filho, Higor, pelo amor e
alegria, mesmo com a minha ausência.*

*Às escolas e professores, colegas de
profissão, que contribuíram para que esse
trabalho pudesse ser concluído.*

*À Luciane da coordenação de Pedagogia
pela paciência e incentivo.*

*A todos os professores que fizeram parte
de minha vida acadêmica, em especial ao
professor Luiz Carlos de Freitas, por sua
dedicação e orientação.*

Obrigada.

“A melhor maneira que a gente tem de fazer possível o amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje, é fazer hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer”.

(Paulo Freire)

**Dedico este trabalho a todos que,
como eu, acreditam na educação.**

SUMÁRIO

Resumo	7
1.Introdução: conceitos e objetivos	8
1.1. A problemática	10
1.2. O conceito de progressão continuada	11
1.3. A progressão continuada em Hortolândia	18
2. Metodologia	21
3. Resultados	23
4. Análise de dados	35
5. Conclusão	58
Bibliografia	60
Anexos	63

RESUMO

O trabalho pretende mostrar como os professores vêem o sistema de progressão continuada na rede municipal de Hortolândia.

Foram ouvidos professores da rede municipal do ensino de Hortolândia quanto à implantação da progressão continuada nesta rede. Foram aplicados questionários, feitas visitas e conversas com os professores.

Os dados mostram que os professores estão insatisfeitos com a forma como a implantação foi feita ainda que tenham entendido a concepção de progressão continuada e acreditam que, em teoria, trata-se de uma boa idéia.

Vários aspectos do dia a dia (por exemplo, existência de projetos que competem com a função de escolarização da escola) foram apontados.

Em função dos resultados foram destacados algumas temáticas julgadas recorrentes e de maior relevância para serem examinadas à luz da literatura consultada: a questão da qualificação dos professores e as condições de trabalho; a confusão entre progressão continuada e promoção automática; a recorrente promoção de alunos não alfabetizados e a grande quantidade de alunos existentes nas salas de aula que impedem uma atuação mais personalizada por parte dos professores; a falta de compromisso dos alunos e da própria família; a questão dos procedimentos de avaliação dos alunos; a existência de projetos desconectados com a realidade da comunidade escolar causando conflito com o cumprimento dos conteúdos escolares a serem adquiridos pelos alunos; e finalmente a existência de processos de exclusão que se baseiam na própria inclusão do aluno mas que devido à falta de possibilidade de intervenção adequada termina por gerar uma exclusão por dentro.

1. Introdução: conceitos e objetivos

Sempre esteve em pauta nas discussões em Educação a questão da evasão e repetência, relacionadas ao fracasso escolar.

A discussão vem ganhando espaço na medida em que se propõe um novo projeto de ensino, cujo objetivo é garantir o acesso à educação e a permanência do aluno na escola, formando-o para a cidadania, em um processo de educação heterogênea, ou seja, apoiado nas diferenças e respeitando o tempo de cada um dos alunos.

Esse processo de educação heterogênea parece novo, porém já existia na Grécia Antiga. Estava lá na visão de Sócrates ou de Aristóteles, que comparavam o professor ao médico, dizendo que o médico não podia dar o mesmo medicamento a todos os pacientes, sem antes conhecê-los. Pode-se concluir, então, que o professor se assemelha ao médico, visto que cada indivíduo é diferente, portanto, não se pode dar a mesma lição, a mesma avaliação ou oferecer o mesmo processo a todos.

A Educação nos últimos anos vem sofrendo muitas mudanças, devido à medidas governamentais tomadas para tentar modificar o quadro do sistema educacional.

O regime de Progressão Continuada faz parte dessas medidas. Criado em 1996, é um conjunto de orientações unificadas na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), voltadas para o Ensino Fundamental.

O sistema seriado já não mais faz sentido, à medida que a proposta é que a avaliação (que tem uma mudança fundamental nesse projeto), passa a tomar um novo rumo, orientando professores e alunos sobre o ensino e aprendizagem individual. O ditado popular: nem todo mundo é bom em tudo, mas todo mundo é bom em alguma coisa, nos ajuda a compreender o motivo das mudanças ocorridas no sistema educacional, onde cada aluno pode descobrir onde “é bom ou não”. Consequentemente, não deverá ser cobrado rigorosamente por se distanciar dos alunos considerados “modelos” idealizados pelo professor.

Nessa perspectiva, a avaliação torna-se num instrumento essencial para a progressão do aluno (CEE 119/97). De acordo com a LDB 9394/96 e o regime de progressão continuada, a avaliação do rendimento escolar deverá

ser feita pelo professor periodicamente, podendo o aluno reprovar somente ao final de cada ciclo (caso se encontre em defasagem em algum conteúdo), ou então por excesso de faltas, ao final de cada ano, dentro do mesmo ciclo.

De acordo com alguns autores como Sousa (2001) e Mainardes (2001) a organização não seriada do ensino existe muito antes da lei 9394/96. No artigo da LDB nº 4054/61 já era permitida a *“organização de cursos ou escolas experimentais com currículos, métodos e períodos escolares próprios”*. A LDB 5692/71, diz o seguinte: *“Verificadas as necessárias condições, os sistemas de ensino poderão admitir a adoção de critérios que permitam avanços progressivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e aproveitamento”* (LDB, 5692/71, art. 14, parág. 4º).

Finalmente, na LDB 9394/96, aparece a ruptura da prática classificatória no seguinte texto: *“A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”*. (art. 23).

A implantação dos sistemas de ciclos e progressão continuada, não conta muito com o apoio dos professores, visto que não foram dadas explicações e esclarecimentos sobre a proposta, com o objetivo de envolvê-los na sua implantação.

O presente trabalho é uma pesquisa de campo realizada na cidade de Hortolândia, especificamente na rede Municipal de Ensino, enfocando o ensino fundamental, buscando trazer a voz do professor sobre o sistema de ensino onde atua.

A prefeitura se encarrega do ensino fundamental (de 1ª à 4ª séries), onde há dois ciclos: 1º ciclo englobando (1ª e 2ª séries) e 2º ciclo (3ª e 4ª séries), num total de quase 400 professores. Portanto, procuramos ouvir dos professores o que achavam da organização do sistema em ciclos de progressão continuada, pois para que uma proposta de ensino alcance êxito, é preciso ter o envolvimento dos professores.

1.1- A problemática

Nos últimos tempos a moda é falar sobre a progressão continuada. A grande polêmica é a questão da passagem automática dos alunos entre as séries, ou seja, como o ensino foi dividido em ciclos, o aluno só poderá ser reprovado ao final do ciclo, isso caso não tenha adquirido as habilidades necessárias para passar de ciclo.

Foi essa questão que me fez querer saber mais sobre o assunto uma vez que ouço, nas conversas com outros colegas de trabalho, críticas e mais críticas sobre esta proposta, assim como ouço também pais reclamando que antigamente não era assim.

Para maior conhecimento, resolvi investigar como se dá o processo de trabalho com ciclos, quais as vantagens e desvantagens dessa proposta. Hoje em dia é muito comum ver crianças não alfabetizadas em salas de 2ª, 3ª e até 4ª séries, o que dá margem às críticas, pois segundo os professores, ao invés de ajudar, os ciclos estariam atrapalhando o desenvolvimento do aluno. A nova proposta viria para nos dizer que o fracasso não é mais do aluno, e com isso a responsabilidade pelo fracasso ficaria toda por conta da escola.

Esse tema me instigou muito, pois me levou a questões como: qual é a proposta de trabalho com ciclos (progressão continuada); quais as vantagens e desvantagens desse trabalho; como se dá o processo de avaliação que certifica que o aluno tem ou não habilidades para frequentar o ciclo seguinte; as repercussões decorrentes do tema tratado (tanto nas reuniões de professores, quanto nos questionamentos dos pais).

Comecei a lecionar no ano de 2000 com uma turma de Jardim I. Como não havia neste nível de ensino a preocupação de reter ou não o aluno, não parava para pensar na questão aqui tratada. Porém, no ano seguinte, quando assumi uma sala de Ensino Fundamental (2ª série), comecei a vivenciar estas questões. Desde então, comecei a pensar sobre o assunto, entretanto o ano que mais me fez refletir foi o ano de 2002, quando assumi uma sala de 1ª série, onde esses conflitos começaram a me intrigar, pois no final do ano ainda tinha crianças não alfabetizadas e que, precisam de mais um tempo para se alfabetizar, portanto não poderia reprová-los. Cortella explica porque o professor de educação infantil não tem e não teve dificuldade com a questão

da progressão por ciclos: *“Porque o professor desse nível não trabalha com seriação e não trabalhava. Trabalhava por estágio ou por termo. Ele não tem essas dificuldades. Ele vê que o aluno, por exemplo com quatro anos de idade, tem alguma dificuldade. Como vai seguindo a educação infantil, essa criança, que não conseguia desenvolver algumas coisas quando tinha quatro anos, aos cinco desenvolve. Ela não precisava ser vitimada dentro desse processo”*. (Cortella, fórum de debates, 2002).

Na proposta de progressão continuada adotada na rede municipal da cidade de Hortolândia, onde trabalho de 1ª à 4ª série, existem dois ciclos: 1º ciclo (inicia-se na 1ª série e termina-se na 2ª série) e 2º ciclo (inicia-se na 3ª série e termina-se na 4ª série). Não existe reprovação dentro do ciclo, exceto no caso de extrapolar o número de faltas permitidas. Um episódio que me fez também me interessar pelo tema, foi o fato de em uma reunião de conselho de classe, uma professora de 2ª série colocar que seu aluno, que já era repetente da 2ª, avançou um pouco, mas que não tinha ainda condições de cursar a 3ª série e o conselho decidiu (induzidos pela direção e coordenação da escola) que o aluno deveria prosseguir para o ciclo seguinte, pois esta criança já estava há três anos no primeiro ciclo e não poderia continuar.

Interessei-me por pesquisar sobre o tema, analisar a proposta, assim como entrevistar, questionar as pessoas envolvidas com a educação para saber o que os professores de Hortolândia sabem sobre a progressão: conhecem realmente o objetivo da proposta, ou estão cumprindo uma imposição?

1.2. O Conceito de progressão continuada

Ao longo do tempo, muito se tem falado a respeito do fracasso escolar, nos prejuízos causados por ele. Perrenoud (2000), define o fracasso escolar: *“Normalmente, define-se o fracasso escolar como a simples consequência de dificuldades de aprendizagem e como a expressão de uma falta “objetiva” de conhecimentos e de competências. Essa visão, que “naturaliza” o fracasso, impede a compreensão de que ele resulta de formas e de normas de excelência instituídas pela escola, cuja execução local revela algumas*

arbitrariedades, entre as quais a definição do nível de exigência, do qual depende o limiar que separa aqueles que têm êxito daqueles que não o têm” (Perrenoud, 2000, p. 18).

Historicamente, a educação vem sofrendo com o alto índice de reprovação e evasão escolar, o que ocasionou buscas de alternativas e implementação de ações para solucionar ou tentar solucionar o problema.

A implantação da proposta da promoção automática foi uma das alternativas, pois com ela se eliminaria a reprovação em algumas séries e se organizaria o ensino em ciclos nas séries iniciais do ensino fundamental.

A promoção automática surgiu no início do século tendo as primeiras experiências concretas no final dos anos 60: *“... As principais foram realizadas no Estado de São Paulo (Organização em níveis, de 1968 à 1972), no Estado de Santa Catarina (Sistema de Avanços Progressivos, de 1970 à 1984), no Estado do Rio de Janeiro (Bloco Único, de 1979 à 1984). Na década de 80, diversos Estados implantaram o Ciclo Básico de Alfabetização – CBA (São Paulo, em 1985; Minas Gerais, em 1985, Paraná e Goiás, em 1988), acrescentando a essa proposta, outras medidas administrativas e pedagógicas”* (Mainardes, 2001, p.35.).

Em 1983 foi criado o Projeto Ciclo Básico e implantado em 1984, com o objetivo de combater esses dois agravantes na rede pública do Estado de São Paulo.

Nessa perspectiva, o ensino passou por um processo de reformulação das séries iniciais do 1º grau (1ª e 2ª séries), que foi chamado Ciclo Básico e que passou a ser um bloco único de dois anos.

Com isso, a avaliação também teve um novo sentido no trabalho pedagógico, considerando o progresso do aluno em relação ao seu conhecimento anterior, onde o professor tem uma visão relativa da situação do seu aluno, diferentemente daquela avaliação onde se media a quantidade de conteúdos que o aluno dominava e não a qualidade dos mesmos.

Nesse âmbito, a avaliação é tida como um processo contínuo, que se faz partindo do conhecimento e experiências que as crianças trazem quando iniciam a vida escolar, respeitando o tempo que levam para aprender, considerando suas condições culturais, sociais e individuais. Com isso, a

avaliação passa a ser um diagnóstico do progresso e dificuldade de cada aluno, deixando de ser um processo seletivo que determina o fracasso.

Bertagna (2003), afirma que a possibilidade da organização não seriada do ensino não é novidade na legislação que normaliza o ensino. Também segundo Sousa (1998), ela está presente desde a LDB nº 4024/61, artigo 104, com caráter experimental, e na Lei nº 5692/71, artigo 14, é explicitada como uma alternativa. Nesse momento, já se propunha o sistema de avanços progressivos. *"[...] o sistema de avanços implica na adequação dos objetivos educacionais às potencialidades de cada aluno, agrupando por idade e avaliando o aproveitamento do educando em função de suas capacidades. [...] Não existe reprovação. A escolaridade do aluno é vista num sentido de crescimento horizontal; o aproveitamento, numa linha de crescimento vertical. Pelo regime de avanços progressivos, o aproveitamento escolar independe da escolarização, ou seja, do número de anos que a criança freqüenta a escola".* (Sousa, 1998, p. 87, In: Bertagna, 2003, p. 80).

Portanto, a idéia de que a possibilidade de uma organização escolar diferenciada como progressão continuada seja privilégio da nova LDB nº 9394/96 é um equívoco. Com base nessas diretrizes, encontramos os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que também propõem que a escolaridade seja organizada em ciclos (Brasil, 1997). O que se busca é uma escola que não seja homogênea, mas heterogênea, uma escola que respeite o tempo de cada um de seus alunos, o tempo de aprendizagem e que trabalhe com o conhecimento que um professor precisa ter de seus alunos.

Há portanto, distinção entre ciclos e progressão continuada. O primeiro (ciclos), consiste em um processo transformador da organização da escola que atuando como resistência organiza a escola de acordo com os tempos da vida (infância, pré-adolescência, adolescência); onde o currículo e a metodologia de estudos acontecem ao redor de aspectos da vida, respeitando as experiências significativas de acordo com a idade e prática social; favorece a auto-organização do aluno, o trabalho coletivo e cooperação no processo. O trabalho do professor visa o aumento de tempo destinado pela escola para a formação crítica do aluno.

Já o segundo caso (progressão continuada), tem caráter imediatista visando o ajustamento da escola às necessidades da reestruturação produtiva.

As tecnologias substituem o professor para acelerar o processo de estudo; o sistema desresponsabiliza a escola pelo ensino e resume-se a uma mera junção de séries.

A progressão continuada foi adotada pelas escolas da rede pública estadual em 1998, para o Ensino Fundamental. Prevista na Constituição de 1988, incorporada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, instituída no Estado de São Paulo pelo Conselho Estadual de Educação – CCE (Deliberação nº 09/97) e adotada pela Secretaria de Estado da Educação – SEE, a progressão continuada dá autonomia para que a organização escolar seriada seja substituída por um ou mais ciclos de estudo.

Com essa medida ocorre uma radical alteração no percurso escolar na maneira como os alunos se movimentam dentro dos ciclos. Para tanto, é dever da escola buscar e encontrar maneiras de ensinar que assegurem a efetiva aprendizagem de sua clientela, bem como seu progresso intra e interciclos. Desse modo, não mais se aprova ou reprova os alunos ao final do ano letivo com base no desempenho alcançado.

O que se propõe é que não haja mais reprovação, visando o progresso do aluno e do ensino. A discussão no Brasil sobre a não-reprovação vem acontecendo desde a década de 1950, devido às altas taxas de evasão e repetência, ao desperdício de verbas e à estagnação dos alunos na mesma série, principalmente nos primeiros anos escolares, o que impossibilitava o fluxo escolar. Autores como Almeida Júnior (1957) e Leite (1999), mostram que desde essa época, a não reprovação era considerada aprovação automática, com experiências de outros países, onde ocorria a promoção por idade cronológica.

Na década de 90 essa discussão é retomada. Autores como Silva e Davis (1993) e Mainardes (1998), agora refletem sobre uma organização escolar por blocos, ciclos, níveis, tendo na promoção automática a possibilidade de romper com a seletividade escolar e reorganização do fluxo escolar.

A Deliberação (09/97) implanta o Regime de Progressão Continuada no Estado de São Paulo. O fato de que toda a criança é capaz de aprender desde que lhe sejam oferecidas condições para tal, ou seja, respeito ao seu ritmo de aprendizagem e a seu estilo cognitivo, bem como os recursos para que interaja

de modo profícuo com os conhecimentos, é que levou o Conselho Estadual de Educação a decidir pela instituição da progressão continuada. Dessa maneira, espera-se que os professores monitorem constantemente os avanços e as dificuldades encontradas por seus alunos, oferecendo-lhes, assim, suporte e reforço escolar sempre que surjam problemas.

É natural que se pense em progressão continuada como aprovação automática. Para esclarecer os objetivos dessa nova proposta (progressão continuada), faz-se necessário saber que a avaliação toma um novo sentido, favorecendo o progresso do aluno durante todo o processo escolar, efetivando as diferenças individuais dos alunos. Silva (1997), conceitua a diferença entre progressão continuada e aprovação automática: *"O regime de progressão continuada não significa aprovação automática, muito menos desconsidera etapas de escolaridade a serem vencidas. Ele é, sim, um novo conceito a ser dado à avaliação na escola. A avaliação passa a ser o instrumento guia na progressão do aluno no seu percurso escolar, apontando as diferenças na aquisição de habilidades e conhecimentos entre os alunos e orientando o trabalho do professor na condução desse processo. Deixa de ser repressora, castradora e comparativa para ser norteadora e estimuladora do processo ensino-aprendizagem* (Citado por Bertagna, 2003, p. 82).

A autora acima aponta o motivo da implantação da progressão continuada: *"a denominação progressão continuada foi adotada, como enfatizam diversos textos oficiais, porque extrapola a compreensão da aprovação automática no sentido apenas de implementação de uma norma administrativa, mas contempla o aspecto pedagógico, a crença de que toda a criança é capaz de aprender. Então, sempre ocorrerá progresso de aprendizagem mesmo que em níveis diferentes. Atrelada a essa concepção está o respeito ao ritmo de aprendizagem dos alunos. Cada qual tem o direito de se desenvolver no seu ritmo natural e a escola, portanto, deve garantir a aprendizagem do aluno"* (idem, p. 79-81).

O que se espera da progressão continuada é a superação da seletividade, da repetência, da classificação, evitando assim, que alunos das classes sociais mais baixas se excluam da escola, pois a retenção acaba por expulsar definitivamente aqueles alunos que mais necessitam da escola, que são das classes populares. *"Se conseguirmos superar a concepção tão*

arraigada de uma escola básica seletiva, que serve apenas às elites, estaremos fazendo uma ruptura histórica nesse país. Esta não é uma tarefa fácil, pois, na medida em que a escola se abriu a todos, recebendo alunos provenientes de todas as camadas sociais e culturais, tornou-se mais heterogênea do que sempre foi. [...] A permanência da escola seletiva é relevada de diferentes modos, mas de forma mais evidente através dos altos índices de repetência e de evasão, incidindo principalmente sobre os alunos de aprendizagem mais lenta, de modo geral e os socialmente diferentes. (Penin, 2000, p. 24).

O regime de progressão continuada pede avaliação continuada do processo de aprendizagem dos alunos com recuperação contínua sempre que os resultados obtidos no decorrer do ano letivo não forem satisfatórios. Salienta-se que a progressão continuada implica, necessariamente, modalidades alternativas de adaptação, reclassificação, avanços, reconhecimentos e aproveitamento escolar, bem como a necessidade de controle de frequência dos alunos e dos dispositivos regimentais pertinentes. “*O regime de progressão continuada deve garantir a avaliação do processo de ensino - aprendizagem, o qual deve ser objeto de recuperação contínua e paralela, a partir de resultados periódicos parciais e, se necessário, no final de cada período letivo*” (São Paulo (Estado), 1997, p.12, In: Bertagna, p. 2).

A progressão continuada procura concentrar todo o empenho possível e mobilizar todos os recursos disponíveis para levar cada aluno a se beneficiar das atividades de ensino, de modo que possa se desenvolver afetiva, social e cognitivamente. Dentro dessa concepção, o que está em jogo é o progresso, e não mais o fracasso. Por esse motivo, não se deve vincular indevidamente progressão continuada e promoção automática.

Segundo Bertagna (2003): (...) *a diferença entre progressão continuada e promoção automática, enfatizada nos textos oficiais, é assim apresentada: na progressão continuada (...) a criança avança em seu percurso escolar em razão de ter se apropriado, pela ação da escola, de novas formas de pensar, sentir e agir; e na promoção automática, a criança (...) permanece na unidade escolar, independentemente de progressos terem sido alcançados* (São Paulo/Estado, 1998d, p. 2-3). (idem, p. 81).

Para ser bem sucedida, a proposta requer que se acredite, além das possibilidades de todos os alunos se apropriarem dos conteúdos escolares, que os professores apostem em suas capacidades de ensinar crianças com experiências diversas e conhecimentos distintos, tendo em vista que todos os alunos são diferentes e trazem consigo experiência cultural distintas, por mais parecidos que eles sejam. Isso implica em resgatar a função social da escola, que é socializar os conhecimentos e não apenas alcançar critérios de desenvolvimento uniformes em cada área do conhecimento.

Evidentemente que escola e professor precisam se ajustar a essa nova organização escolar. É preciso que se busque uma atuação pedagógica inovadora, tendo em vista que a homogeneidade não atende às diversidades. Portanto, o professor deve compreender que é preciso ensinar por meios de estratégias distintas: às vezes, ensinando para toda a classe, socializando os conhecimentos que todos podem se apropriar; às vezes, dividindo a classe em pequenos grupos, fazendo com que os alunos mais experientes possam servir de apoio àqueles menos experientes. Acredita-se que assim, o professor pode atender aos alunos que necessitam de atenção individualizada, diversificada e específica.

A progressão continuada, segundo Chalita não é boa só porque diminui a evasão escolar, mas pelo fato de que todo mundo pode aprender e que o processo de aprendizagem não precisa ser o mesmo para todos: *“O discurso educação - inclusão que é fundamental faz com que uma escola não fique segregando, discriminando determinado tipo de aluno, mas sim que incorpore a noção de que ele possa aprender na sua própria capacidade cognitiva de aprender. Talvez esse aluno tenha determinadas limitações, não tenha como desenvolver algum tipo de habilidade, mas desenvolve outras. E o professor consegue acompanhar esse processo.”* (Chalita, fórum de debate, 2002).

É importante ressaltar que a progressão continuada, envolve mudanças no ensino, portanto está vinculada à proposta pedagógica de cada escola, ou seja, esta tem autonomia para elaborar seu regimento escolar de acordo com a proposta pedagógica, uma vez que a escola conhece ou pode conhecer sua realidade, seus problemas concretos melhor do que qualquer outra instância, bem como deve-se empenhar para melhor atendê-los e resolvê-los. Para que seja bem sucedida, ela conta com a participação direta de sua equipe,

comunidade, pais e alunos, além do suporte de ensino. O CEE propõe: *“a cada escola uma proposta e a cada proposta uma solução, sem perder de vista que o acesso ao conhecimento é um benefício social a que crianças e jovens têm direitos e é a razão de ser da própria escola”*.

A progressão continuada trouxe novos desafios para o professor diversificar o ensino. Ela determina que a escola encontre caminhos para atender aos diferentes perfis ao trabalhar os conteúdos da base nacional comum a todos os alunos.

O conceito de progressão continuada que vimos examinando até aqui, aplica-se também à rede da Prefeitura Municipal de Hortolândia, apesar de não ser uma rede estadual.

1.3 A progressão continuada em Hortolândia

A rede de ensino público municipal fundamental da cidade de Hortolândia, adota o sistema da progressão continuada proposto pela LDB.

A prefeitura é responsável por 17 escolas do ensino fundamental de 1ª à 4ª séries, pois as de 5ª à 8ª, estas são responsabilidade exclusiva do Estado.

As quatro séries do ensino fundamental são divididas em dois Ciclos:

- * 1º Ciclo englobando as primeiras e segundas séries;

- * 2º Ciclo englobando as terceiras e quarta séries.

A duração mínima prevista para cada Ciclo é de dois anos letivos.

O tratamento metodológico está cada vez mais centrado no envolvimento do aluno num processo de construção do conhecimento, respeitando sempre o aluno como sujeito que aprende, respeitando suas limitações, bem como, o respeito às limitações dos docentes e recursos materiais.

Nos diferentes componentes curriculares são seguidas algumas linhas norteadoras em conjunto com toda a comunidade escolar:

- a participação ativa do aluno na construção do seu conhecimento, com vistas a atingir a autonomia moral e intelectual;

- a mediação do professor na relação entre o aluno e o saber elaborado assumindo o papel de mediador do processo ensino-aprendizagem;

- o tratamento dos conteúdos como elementos essenciais para compreensão da realidade, privilegiando-se aqueles que tem relevância social.

A avaliação é realizada como um processo contínuo de elaboração do conhecimento e reflexão constante desta elaboração tendo como parâmetros, os objetivos gerais e específicos de cada componente curricular.

É necessário no entanto, que o grupo de educadores tenha, para realizar o processo de Avaliação, normas comuns e coerentes com as diretrizes gerais do trabalho na escola:

1- A avaliação deve ser utilizada com finalidades educacionais, objetivando o crescimento e não como forma burocrática de classificação;

2- A avaliação deve ser diagnóstica, de investigação. Avalia - se a aprendizagem do aluno e simultaneamente as condições de ensino oferecidas a ele.

3- A avaliação não se faz em momentos estanques e sim de forma processual, contínua através de diversos instrumentos com diferentes tipos de trabalhos e situações (não apenas provas escritas).

A recuperação esta inserida no processo, ocorrendo em primeira instância no espaço da própria aula, ou em momentos especiais, quando há necessidade de intensificar o atendimento individual, através do Grupo de Apoio, em período inverso ao do aluno em sala de aula, conforme decreto municipal nº 478 de 05. 02. 97.

A verificação do rendimento escolar compreende a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

Na avaliação do aproveitamento são utilizados, no decorrer de cada semestre, dois ou mais instrumentos diversificados, elaborados pelo professor sob a supervisão do Coordenador pedagógico.

Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressas em notas de 0 a 10 graduadas de 5 em 5 décimos sendo que o mínimo exigido para a aprovação nas séries finais de cada Ciclo é 5,0 (cinco).

Os resultados da avaliação do aproveitamento são sistematicamente registrados, analisados com o aluno e sintetizado num único conceito semestral, entregue a Secretaria, e comunicado aos pais e responsáveis, em todas as séries de final de Ciclo, ou seja, 2ª série e 4ª série.

A avaliação do aproveitamento deve ser expressa no final do semestre, em notas, conforme prevê o artigo 90 do regimento escolar.

É considerado promovido para o ciclo seguinte o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% do total de horas letivas e nota anual igual ou superior a 5,0 (cinco).

Para promoção do aluno do 1º Ciclo para o 2º ciclo, considera-se o seu desempenho em 02 (dois) ou mais componentes curriculares.

A promoção do aluno do 2º Ciclo para etapa posterior, ocorre desde que tenha adquirido os mecanismos básicos em Português, Matemática, História, Geografia e Ciências, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacional do MEC.

Os alunos que, a partir do final do segundo mês letivo, não atingirem os objetivos mínimos propostos serão agrupados de acordo com suas dificuldades e a eles será oferecido apoio suplementar em caráter temporário.

Esses grupos são constituídos de no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) alunos.

Permanece no ciclo:

- * o aluno que obteve frequência mínima inferior a 75% qualquer que seja sua nota anual;

- * o aluno que obteve sua nota menor que 5,0 (cinco), qualquer que seja sua assiduidade.

2. Metodologia

Este levantamento foi realizado na rede municipal de Hortolândia, especificamente em escolas de Ensino Fundamental, de 1ª à 4ª séries, onde sou professora.

O município conta com 17 escolas de Ensino Fundamental, somando um aproximadamente um total de quase 400 professores.

Buscando facilitar o trabalho, a proposta de pesquisa foi explicada à Secretária da Educação do município, quando foi solicitada a documentação sobre o histórico para a implantação da progressão continuada, bem como a autorização para a coleta de dados, ou seja, para a circulação do questionário para os professores, uma vez em que a pesquisa seria feita ao nível do município.

No entanto, a documentação solicitada (proposta de implantação da progressão continuada) não foi fornecida, e tivemos que nos pautar somente pela realidade da rede municipal, através das informações dos professores a respeito do assunto.

A coleta de dados aconteceu em momentos de HTPCs, ou seja, reuniões pedagógicas, onde foi pedido licença à coordenadora para que os professores respondessem a um questionário (Anexos, p. 63).

A princípio foi elaborado um questionário para que os professores da rede municipal de Hortolândia mostrassem o que entendiam por progressão continuada.

O questionário foi entregue no 1º semestre de 2004, porém, como houve uma certa demora quanto à entrega dos mesmos, foi preciso conversar pessoalmente com alguns professores, o que permitiu que se aproveitasse a oportunidade para uma maior compreensão do assunto.

A partir das respostas obtidas no questionário, fez-se necessário, procurar conversar mais de perto com alguns professores, para aprofundamento de “problemas”, que causam angústia a respeito da progressão continuada.

Também foi muito importante realizar um estágio em uma sala onde a maioria dos alunos é classificada como “problemática”, pois este foi um ponto que os professores levantaram a respeito da progressão continuada, pois

afirmam que os alunos são limitados e que continuam a ser vítimas da exclusão – se não na escola, na vida.

A supervisora do ensino fundamental da rede municipal de Hortolândia também contribuiu nos dando uma entrevista sobre a implantação da progressão continuada no município (Anexos, p. 63).

Para análise e discussão desse tema, foram utilizados diversos textos a fim de obter embasamento teórico que sustentasse a discussão.

O trabalho foi executado a partir de pesquisa de campo, com caráter descritivo, visto que, os depoimentos e opiniões dos professores estiveram presentes durante todo o trabalho.

A metodologia adotada buscou contribuir mostrando a visão dos profissionais que atuam na rede.

Durante as conversas com os professores, ficou evidente a preocupação com relação aos projetos “propostos” (impostos) pela rede. Isso motivou a questionamentos sobre eles.

Com isso, fez-se necessário observar de perto todos esses fatores, que segundo os professores, são impecilhos para que a progressão continuada alcance seus objetivos.

Uma vez resumidos os principais resultados, foram extraídas algumas temáticas que foram analisadas mais detidamente.

3. Resultados

Partindo do questionário proposto, pode-se observar que a maioria dos professores que se prontificaram a respondê-lo, demonstraram conhecer os objetivos da proposta da progressão continuada, adotada pelo município, pois apresentaram os seguintes objetivos:

- Oferecer aos alunos a aprendizagem contínua;
- Avaliar diagnosticamente, observando os avanços e dificuldades, trabalhando paralelamente com os alunos, de forma a atingir os objetivos;
- Dar oportunidade aos alunos de aprenderem mais;
- Diminuir o número de reprovação e evasão escolar, evitando a desmotivação e rotulação nos alunos;
- Dar continuidade no trabalho do ano anterior;
- Agrupar os alunos com o mesmo grau de dificuldade, com atividades diversificadas;
- Dar oportunidade para que a aprendizagem seja coletiva, não deixando que a repetência seja o ponto central do conhecimento;
- Respeitar o tempo de desenvolvimento de cada aluno, oferecendo um tempo maior para alcançar os objetivos propostos para aquele ciclo;
- Dar continuidade da aprendizagem de uma série para outra dando tempo para que essa aprendizagem aconteça sem que o aluno sofra com o trauma da repetência.

Para analisar com êxito a opinião dos professores acerca da progressão continuada no município de Hortolândia, foi solicitado que os professores levantassem os pontos positivos e negativos da proposta. São eles:

a) Aspectos positivos:

- Flexibilidade dos métodos, assim como o respeito aos limites do aluno;
- Integração do pedagógico, político, social na comunidade escolar, quando realmente se trabalha com conceitos, conteúdos, objetivos, habilidades e competências dentro de um ciclo;

- Há o comprometimento do professor, de modo a focar a aprendizagem individual do aluno, sem se preocupar em atribuir notas ou conceitos garantindo a aprendizagem.

b) Aspectos negativos:

- A obrigatoriedade de promover os alunos, mesmo sendo analfabetos, devido os alunos apresentarem frequência suficiente durante todo o ano letivo;
- Os professores não têm preparação nem condições para realizar o trabalho, bem como repensar os conteúdos;
- A profundidade da proposta não é de conhecimento dos educadores em geral, pois eles são subordinados a obedecerem ordens, sem nem mesmo saberem o que de fato se pretende;
- Há uma comodidade por parte dos alunos, uma vez em que sabem que basta ir à escola para poder "passar de ano";
- É puramente política, ou seja, para mostrar números, quantidades de alunos fora da escola, bem como baixo índice de reprovação;
- Não tem avaliação adequada, pois nem sempre se dá continuidade ao trabalho, pois todos os anos os professores mudam de escola, não tendo a oportunidade de prosseguir o trabalho;
- Grandes índices de crianças não alfabetizadas, sem saber ler convencionalmente no final do primeiro ciclo;
- O alto número de alunos dentro de uma sala de aula, pois as classes estão com quase 40 alunos;
- Falta de conhecimento sobre o que é realmente a progressão continuada por parte dos professores causando assim, uma irresponsabilidade dos mesmos para com a alfabetização na 1ª série passando essa responsabilidade para a frente.

Para apontar e fazer um paralelo a respeito da progressão continuada e da seriação, fez-se de extrema importância, pedir aos professores que abordassem também os aspectos positivos e negativos da seriação:

a) Aspectos positivos:

- O professor tem mais autonomia, identificando se o aluno tem condições de acompanhar a série seguinte ou não;
- Existe por parte dos alunos uma dedicação e por parte dos pais uma preocupação com o aprendizado, uma vez em que pode ocorrer a reprovação;
- O aluno se alfabetiza na 1ª série, não se vê alunos analfabetos na 4ª série;
- É uma forma de disciplinar a sociedade trazendo para a família também a responsabilidade da educação do seu filho.
- Existe uma certa preocupação em todas as séries em que o aluno está para que não seja reprovado;
- Há mais determinação de pais e filhos.

b) Aspectos negativos:

- Fecha as possibilidades de levar em consideração o processo, o percurso do aluno, principalmente se os professores têm a concepção de que cada série é algo fechado em conteúdos a serem cumpridos;
- Expor os alunos.

Outra questão muito relevante, diz respeito às mudanças que consideram necessárias na proposta da progressão continuada. São elas:

- Deveria ser modificada a definição dos objetivos a serem alcançados, deixando-os nítidos aos alunos e comunidade, pois é preciso dizer ou mostrar até onde pode-se e deve-se chegar;
- Seria necessária uma mudança profunda em todos os níveis da educação, principalmente na esfera política, onde fosse priorizado o respeito às diferenças e solidariedade em detrimento do apoio aos processos seletivos que conduz à competitividade. Esses objetivos só poderiam se efetivar se houvesse clareza na proposta, no que se pretende. Professores, alunos e comunidade teriam que estar afinados com estes objetivos para não se cair no erro tratando a progressão continuada como seriação.
- A progressão deve se tornar realmente uma progressão, ou seja, um avanço a cada dia, e não uma promoção automática, aprovando alunos

sem condições nenhuma de aprendizagem. Pode não haver repetência, mas é necessário e fundamental repensar os alunos que estão em defasagem na aprendizagem;

- Mudar toda a estrutura política educacional, pois são esses interesses que permeiam o sistema de ensino;
- Seria interessante que os próprios professores da sala, tivessem oportunidade de fazer reforços com as crianças com dificuldades, no horário oposto;
- Reprovação de alunos tendo em vista o nível em que estão, pois há alunos que estão comprovadamente (por psicólogos e neurologistas) em defasagem do ponto de vista dos objetivos da escola. Há casos em que o conselho de classe pode resolver e outros onde deveriam ter profissionais adequados para repetirem determinada etapa do ciclo.
- Alunos que não se alfabetizarem na 1ª série seriam reprovados, uma vez em que a base de toda a educação escolar está nessa primeira etapa;
- A forma como foi implantada essa proposta, pois o sistema educacional não soube implantá-la de modo coerente;
- A remuneração do professor, pois devido ao baixo salário, é obrigado a estender sua carga horária. Se é para melhorar a qualidade do ensino, então tem que se investir mais nos professores, pagar bem para que se dedique a apenas uma jornada de trabalho;
- A quantidade de alunos dentro da sala de aula, pois é impossível falar em qualidade de ensino com 35, 40 e até 45 alunos na sala de aula.

Em conversa com professores no dia a dia, em reuniões (chamadas HTPC), observei uma certa angústia com relação ao sistema de ensino.

Muitos professores disseram que depois da progressão continuada há duas vertentes que merecem destaque:

1. Alguns professores se acomodaram e não estão mais dando a atenção de que tanto necessitam os alunos, uma vez que não há mais reprovação;
2. Os alunos não estão mais comprometidos com a escola e o ensino, justamente porque sabem que serão promovidos ao final do ano.

Notei também uma preocupação muito grande por parte de alguns professores a respeito da qualidade do ensino. Os mesmos apontaram que se fala tanto em qualidade enquanto o que está ocorrendo na verdade é quantidade. Quantidade que não é de ensino, mas de alunos dentro da escola / sala de aula. Uma professora exemplificou com a seguinte fala: ***“Crianças hoje são tratadas como gado, quanto mais cabeças, melhor, mais dinheiro!”***

Outro fato que me chamou atenção foi que os professores não criticam a progressão em si, mas sim, a maneira como está sendo implantada, desvalorizando o papel da escola e dos educadores. Esse fato fica explícito na seguinte fala de uma professora: ***“ O problema não é a proposta da progressão continuada em si. Ela até que é boa, O problema são os ciclos, que fazem com que tanto alunos quanto os pais, não dêem à escola a importância devida”.***

Evidentemente a educação é uma questão polêmica. No entanto, a maioria dos professores que conversei parece concordar com o fracasso da progressão continuada no município de Hortolândia, devido à imposição de projetos que, muitas vezes, fogem dos conteúdos a serem trabalhados, apresentados no Plano de Ensino. Uma professora ressaltou o seguinte: ***“Temos um Planejamento que devemos cumprir com nossos alunos. No final do ano vão me cobrar os conteúdos trabalhados, pois fazem parte de um currículo. Nosso tempo é curto, e se não bastasse, impõem projetos e mais projetos que, muitas vezes são desnecessários, pois não são elaborados pelo professor para atender às necessidades dos seus alunos. É muito fácil ficar do outro lado dando ordens”.***

Os professores revelam que as salas superlotadas não condizem com a proposta, e a realidade é assustadora. Fazendo um levantamento para detectar uma média de alunos por sala, comprovei, que em médias as salas têm de 38 à 40 alunos. Há casos em que há 42 alunos. Observei também, o espaço físico das salas de aula, e notei que existem salas em que os alunos ficam amontoados, não permitindo sequer a movimentação do professor.

Outra observação de grande importância, é que as salas onde estão agrupados os alunos com “problemas” (emocionais, sociais, neurológicos,

psicológicos, etc), há menos alunos, devido ao trabalho que deve ser feito com eles.

Uma professora comentou sobre o grupo de apoio, que é oferecido às crianças com dificuldades de aprendizagem. Segundo ela, o grupo de apoio é feito no horário oposto ao que a criança está matriculada. Para que o aluno possa freqüentá-lo, a professora da sala faz uma avaliação diagnóstica, chamada “sondagem”, e depois encaminha para o grupo de apoio.

É considerável o número de professores que comentam a respeito das HTPCs, dizendo que são horas “perdidas” de trabalho. Eles apontam principalmente para a questão das transmissões de recados, o que não viabiliza o trabalho coletivo: ***“ A Hora Atividade não serve para nada. É puramente destinada à comunicação de recados. Sei que os recados são importantes, mas deveriam ser transmitidos de outra maneira”***. Outra professora completa: ***“ Isso quando não precisamos deixar de planejar, para confeccionar coisas para a gincana da água, o que é um absurdo”***.

Aproveitando a oportunidade pedi que colocassem suas opiniões a respeito da gincana da água, já que esta se tornou quase uma tradição no município. Os professores, bem como todos os envolvidos dentro da comunidade escolar (funcionários, diretores, coordenadores e comunidade), reclamaram da gincana, dizendo que o assunto por si só já é um tema trabalhado anualmente, consta do currículo, no entanto, com a gincana, perde-se muito tempo com os preparativos, pois se trata de uma competição entre as escolas, e deixa os conteúdos a desejar: ***“Ninguém quer perder a gincana, porque se trata do trabalho realizado pela escola, porém, a competição não é saudável. Os alunos ficam muito eufóricos, nós precisamos parar com as aulas para ensaiar teatro com os alunos, fazer maquetes, brinquedos. O professor de Educação Física suspende as aulas, sacrificando todos os outros alunos em prol de uma competição de queimada com apenas onze alunos.”*** E ainda: ***É uma perda de tempo, parar nossos compromissos por causa da gincana. O assunto relacionado a água, meio ambiente, etc é conteúdo implícito no planejamento de Ciências. No começo, a gincana era legal, agora, só gera muita competição sem sentido”***.

Alguns professores disseram que os alunos que saem para os ensaios perdem as anotações, as explicações dos conteúdos e com isso regredem, tirando notas muito baixas, não porque não conseguem assimilar, mas porque ficam entretidos com os ensaios. Muitas vezes não fazem as lições destinadas para casa, já que os ensaios acontecem nos dois períodos.

Outra indagação dos professores é com relação ao projeto “Estrada para a Cidadania”. Muitos professores acham o projeto bom, porém muito limitado. **“O projeto é bom, mas não é realizado com todos os alunos. Se a proposta é para conscientizar todos, então não está acontecendo de acordo com o objetivo”.** Outros professores apontam que o assunto do projeto já é tratado em várias situações do dia a dia, no entanto, depois que o projeto se tornou obrigatório, pois tem material para ser trabalhado (livro), quase não há tempo para se dar atenção para as prioridades, que são os conteúdos. **“Se eu ficar trabalhando o livro do trânsito, meus alunos vão mal nas avaliações. No final do ano, tenho que prestar contas desses alunos”.**

Algumas professoras afirmaram que não trabalharam o projeto, dando prioridade ao currículo, onde o assunto seria abordado, mesmo sem tanta ênfase. **“Sinceramente, não trabalhei o livro, porque o distribuí aos alunos e eles fizeram todas as atividades em casa. Achei bom, porque, não dá tempo de fazer tudo. Acho até que é desperdício de dinheiro, porque os professores são pagos para irem às oficinas, e tenho certeza de que não sou a única que deixou o projeto para escanteio, conheço um monte de professora que fez o mesmo. O projeto deveria ser estudado e reformulado para se estender até os familiares”.** Outra professora complementou a frase dizendo: **“Mas o projeto do ano passado chamava os pais à escola através de dinâmicas e atividades desenvolvidas pelos alunos, mas não adiantou nada, porque os pais não vêm na reunião nem para saber a respeito do aprendizado de seu filho, quanto mais para participar do projeto”.**

Partindo da preocupação apresentada por alguns professores, achei propício descrever alguns projetos que são executados na rede municipal de Hortolândia. Os projetos mais citados pelos professores são: “Estrada para a

cidadania” (que aborda a questão da educação para o trânsito) e projeto “Semana da água” (trabalhado durante todo ano, especificamente nos meses de setembro/outubro).

a) Projeto “Estrada para a Cidadania”

O principal objetivo desse projeto é a preservação da vida, pois é através da educação que será possível alcançar esse objetivo, uma vez que a formação de cidadãos responsáveis inicia-se no lar, desde a mais tenra idade e vai se estendendo na escola, onde o educador exerce papel de fundamental importância na conscientização de cada aluno-cidadão.

O programa foi idealizado e desenvolvido por educadores com a convicção de que cabe a todos nós cumprir a tarefa de humanizar o trânsito nas ruas e rodovias.

No ano de 2003, esse projeto tinha outro nome, devido à editora que elaborou os livros. Ainda nesse ano, o projeto se estendeu de 1ª à 4ª série (abrangendo os dois ciclos).

Nesse ano, 2004, o projeto conta com uma nova Editora, e devido a custos, só está atendendo às 3ª e 4ª séries (2º ciclo). Os professores receberam o livro do professor e os alunos seus respectivos livros.

Os professores têm, a cada dois meses, um encontro (que são as oficinas) com as pedagogas e autoras do livro. Nos dias marcados para o encontro, os alunos são dispensados da aula.

Nos encontros, ou seja, nas oficinas, os professores lidam com valores essenciais, tendo como pano de fundo, o trânsito.

O livro aborda as questões de como construir um mundo melhor para todos, sem violência, onde as pessoas vivam em harmonia, respeitando uns aos outros e preservando o meio ambiente, articulados com o tema “trânsito”.

A pretensão é que esse trabalho se estenda até as famílias dos educandos, convidando-as a participar de maneira interativa por meio de jogos, exercícios e reflexões sobre questões do dia a dia.

b) Projeto “Semana da água: Gincana Estudantil”

O projeto nasce a partir da necessidade de conscientização a respeito do grave e sério problema enfrentado pelo planeta com relação a um de seus principais recursos naturais renováveis que é a água, visto que é um bem precioso e vital para a humanidade, mas finito e insuficiente para alimentar as crescentes demandas das sociedades de consumo.

A proposta é realizar um trabalho interdisciplinar a partir do tema: água. O propósito é sensibilizar e conscientizar o maior número de pessoas com relação ao compromisso e responsabilidades para com a conservação e proteção dos recursos naturais em face das constantes alterações ambientais em que se encontra o planeta.

É importante dizer que, esse projeto faz parte do consórcio entre as bacias hidrográficas da região.

Todo ano, a SECEL (Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer), promove uma gincana, onde alunos, professores, comunidade e pessoas envolvidas nesse projeto participam contribuindo para que o objetivo seja alcançado.

Ano a ano, é abordado um determinado assunto, que levará à reflexão acerca dos problemas relacionados com o tema (fonte de energia, vida/higiene, meio ambiente, reciclagem/lixo/esgoto/poluição, industrialização, etc).

A gincana promove uma competição entre as escolas, onde todos envolvidos na educação participam direta ou indiretamente. Os alunos participam de provas e os três primeiros colocados em cada modalidade recebem medalhas. As três primeiras escolas são premiadas.

Existem provas que são fixas, ou seja, acontecem todo o ano, e provas que são reformuladas ou substituídas. Eis algumas delas:

- Desenvolvimento do tema: onde os alunos de primeiro ciclo (1ª e 2ª séries) apresentam um número artístico em forma de teatro: música/paródia, dança ou expressão corporal;
- Gincana cultural: alunos de segundo ciclo (3ª série), distribuídos igualmente entre meninos e meninas, respondem à questões previamente estudadas sobre a temática da gincana;

- Talento oculto: participação de professores, especialistas, funcionários ou pessoas da comunidade eleitos pela unidade escolar para apresentação de um número de cunho artístico como: dança, canto, interpretação entre outros;
- Torneio de queimada: participam alunos de segundo ciclo (4ª série), onde os alunos jogam com alunos de outras escolas, sendo sorteados previamente cada jogo;
- Atividades motoras: participam alunos dos dois ciclos (1ª à 4ª séries), sendo distribuídos igualmente entre meninos e meninas, desenvolvendo atividades compatíveis à idade, série e sexo;
- Prova relâmpago: consiste em atender aos pedidos anunciados: CD mais antigo, primeira conta de água do município, RG da pessoa mais idosa, etc;
- Confeção de livro: participam crianças de primeiro ciclo (1ª série), contando a história da água no município;
- Jogos de Xadrez: participam crianças de segundo ciclo (4ª série);
- Apresentação de maquetes relacionadas ao tema: participam alunos dos dois ciclos;
- Apresentação de brinquedos: participam crianças dos dois ciclos, apresentando brinquedos feitos na brinquedoteca, utilizando materiais recicláveis.

Toda prova tem regras, pontuações e penalizações. Os alunos, funcionários, professores ou pessoas da comunidade devem ser inscritos na data estipulada. No ato da inscrição, deve-se constar o nome completo e a série, juntamente com a lista de chamada xerocada da sala/série onde está matriculado. É importante também que todos estejam uniformizados (camiseta da escola, tênis), caso contrário, perde-se a pontuação estipulada. O aluno que estiver inscrito não poderá ser substituído na realização da prova à qual se destina.

Um fato interessante é que o projeto recebe o nome de "Semana da Água", no entanto, os preparativos começam cerca de um mês e meio antes da gincana.

Observação em sala de aula com alunos em defasagem de ensino

Durante três dias observei uma sala considerada “sala especial” , devido ao fato de conter somente alunos em defasagem de aprendizagem. A sala observada compreende o segundo ciclo (3ª série), comportando 23 alunos, alguns já repetentes do primeiro ciclo.

Essa sala foi montada levando em consideração a dificuldade de cada criança, visto que, se essas crianças fossem distribuídas em outras salas, possivelmente seriam, segundo a direção da escola, **“esquecidas no fundo da sala”**. A atribuição dessa sala aconteceu antecipadamente em comum acordo com os outros professores e também com os supervisores de ensino, para que a professora que trabalhou com a maioria deles no ano anterior (2003), desse continuidade ao trabalho, porém nesse ano (2004), ela assumiu a sala somente durante os dois primeiros meses, deixando-a para, logo em seguida, assumir a vice direção de uma escola.

Segundo a coordenadora pedagógica da escola, os alunos sentiram muito, principalmente devido ao fato de ficarem sempre com professoras substitutas, até que se contratasse outra para assumir a sala até o final do ano.

Observando a sala, notei que os alunos são muito inseguros, dependem muito da professora. O trabalho com essas crianças é diferenciado. Apesar de ter um planejamento a seguir, a professora adapta os conteúdos a serem trabalhados de acordo com as necessidades e realidade da sala.

Durante esses dias, observei que a sala apresenta uma parte considerável de alunos que não sabem ler e escrever. A professora me mostrou as atividades que fizeram e o progresso de alguns alunos, também me mostrou que alguns alunos não evoluíram nada em termos de alfabetização.

As crianças que não progrediram em alfabetização, apresentam outras habilidades que a professora considera importante como: pintura, desenho, bordado, enfim, habilidades artísticas, que são muito valorizadas.

A sala é um tanto agitada, as crianças tem muita dificuldade de concentração, dispersam muito. A maioria dos alunos dessa sala faz

acompanhamento com especialistas do CIER¹, (fonoaudióloga, psicóloga, pedagoga, etc).

Durante o tempo em que observei, notei apenas que a professora destina um período da aula com atividades voltadas às dificuldades dos alunos. A outra parte da aula, fica destinada às crianças para exercerem outras habilidades que a professora considera importante para a elevação da auto-estima.

Uma observação é que a sala é muito homogênea, devido ao fato de todos os alunos apresentarem “dificuldades”.

¹ Centro Integrado de Educação e Reabilitação

4. Análise de dados

Como vimos, a progressão continuada, idéia já pensada no cenário nacional, aparece como uma alternativa ligada à promoção automática, já que de um ano para outro não ocorre aprovação/reprovação para a próxima série ou nível, procura-se ter maior preocupação com a aprendizagem, que não é linear, e respeita o ritmo individual de aprendizagem do aluno.

A educação sempre teve como desafio a questão de acesso e permanência, e para que isso aconteça, é preciso pensar na avaliação do rendimento escolar e também na exclusão forçada dos alunos, chamada por Sérgio Costa Ribeiro (1991), de "Pedagogia da Repetência", uma vez que a escola faz os alunos se sentirem incapazes de continuar a freqüentá-la, devido à avaliação seletiva e reprovações sucessivas.

Freitas resume as mudanças no sistema de ensino, trazendo a lógica das modificações a partir da associação de dois conceitos (internalização de custos; exclusão branda), da seguinte maneira: *"O primeiro deles é o conceito de 'internalização de custos', no sentido de que o sistema escolar 'toma consciência' dos custos econômicos da repetência e da evasão, para em seguida controlá-los e eventualmente 'externalizá-los por variadas formas de privatização. Esse conceito deve ser combinado com o outro, o da 'exclusão branda', ou seja, a estratégia de criação de trilhas de progressão continuada diferenciadas no interior da própria escola, alterando o 'metabolismo do sistema escolar' de forma a reforçar práticas de interiorização da exclusão. Se com o primeiro conceito se enfatiza a interiorização de custos econômicos, com o segundo enfatizam-se as práticas para controlar os custos sociais e políticos".* (Freitas, 2002, p.321-322).

No atual quadro educacional a Progressão Continuada gera um grande número de alunos nas escolas, tocando diretamente o problema da evasão e repetência, visto que, com a nova proposta (progressão continuada), acredita-se que não haverá mais evasão e repetência, devido ao respeito às individualidades de cada um.

A proposta do município de Hortolândia segue os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), elaborado pela Secretaria da Educação Fundamental do MEC (Ministério da Educação e Cultura).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais dão um tratamento específico às áreas, devido à importância instrumental de cada uma. Apesar disso, busca uma integração entre as mesmas (PCN, 2001, vol.1, p. 58).

As questões sociais aparecem como relevantes. No entanto há a necessidade de se incorporar os temas transversais com os seguintes assuntos: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural. Para que temas sejam incorporados no currículo, propõe-se um tratamento transversal, possibilitando o desenvolvimento amplo do aluno para sua formação como cidadão.

De acordo com o PCN, é adotada a proposta de estruturação do ensino por ciclos, pelo reconhecimento de que a mesma consegue compensar a pressão do tempo que é essencial à instituição escolar, fazendo-se possível a distribuição dos conteúdos de forma mais adequada à natureza do processo de aprendizagem (PCN, 2001, vol.1, p. 59).

Os PCNs são estruturados em ciclos de dois anos, abordando as quatro séries do Ensino Fundamental (1º ciclo: 1ª e 2ª séries) e 2º ciclo (3ª e 4ª séries). De acordo com o PCN, *“a organização por ciclos tende a evitar as freqüentes rupturas e a excessiva fragmentação do processo escolar, assegurando a continuidade do processo educativo, dentro do ciclo e na passagem de um ciclo ao outro, ao permitir que os professores realizem adaptações sucessivas da ação pedagógica às diferentes necessidades dos alunos, sem que deixem de orientar sua prática pelas expectativas de aprendizagem referentes ao período em questão”*. (PCN, 2001, vol.1, p. 61-62).

Diante das colocações dos professores que apontamos no capítulo anterior, observa-se que eles conhecem a proposta, mas reclamam da falta de condições para seu trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 determina que se dê prioridade ao direito de uma educação de qualidade a todo o cidadão, onde a concepção de educação escolar contida é a seguinte: todos são capazes de aprender e aprender cada vez mais; é tarefa da escola favorecer situações de aprendizagem valorizando as experiências dos alunos. É importante assinalar que os professores sabem o que é a progressão continuada, bem como a proposta de ciclos que é adotada pelo município de

Hortolândia, porém é necessário que se assegurem as condições objetivas para sua implementação.

Porém, uma das questões que aflige muito aos professores é a incoerência da proposta, ou seja, só funciona na teoria, mostrando resultados que na prática não condizem com a realidade. Guilherme (2002) afirma *“ao mesmo tempo as pistas iniciais apontavam que a medida é vivenciada pelos atores educacionais como um conflito na realidade da escola, aparentemente uma medida de gabinete imposta, incoerente com a prática e não entendida por não levar em conta o que pensam os professores, tomada para atender supostamente a exigência das agências internacionais de fomento à educação, viabilizada pela política educacional de implantação de mecanismos que se propõem à melhoria da qualidade e universalização do ensino em nosso país e em outros em desenvolvimento”*.

Já Gabriel Chalita aponta que é preciso fazer visitas às escolas para observar de perto os problemas: *“É importante visitar as escolas, porque não se faz uma Secretaria no gabinete. Tem que ir aonde o problema ocorre, até saber se ele existe mesmo, para conhecê-lo, conviver com ele”* (Chalita, fórum de debates, 2002).

A seguir veremos que existem muitas contradições no sistema de progressão continuada. Sousa e Alavarse (2003), explicam um pouco sobre a confusão que se faz com relação à organização de ensino, reportando-se ao fato de que a LDB não esclareceu como deveria ser organizado o ensino, possibilitando interpretações e repercussões diversas em suas diretrizes. Para explicitar, trazem para a discussão o artigo 23, onde aparece a proposta de ciclos com muitas possibilidades de organização da educação básica.

“A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” (LDB, 9394/96, art.23).

Os autores analisam que apesar das diferentes alternativas de organização, há muitos fatores que indicam que o modelo usado como referência na apresentação das diretrizes e bases da educação nacional é o

seriado. (Sousa e Alavarse, p. 80). Ainda trazem alguns trechos do artigo 24 para comprovar essa constatação:

“A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- I- a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver;*
- II- A classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:*
 - a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;*

[...]

- III- nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;*
- IV- poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares [...]. (citado em Sousa e Alavarse, p. 80).*

Nestes trechos, os autores procuram mostrar que a lógica utilizada como referência para a organização da educação, desenvolve-se a partir das idéias de anualidade, classificação, promoção, currículo seqüencial e série (para agrupamentos de alunos), porém, mesmo quando contempla a possibilidade de se tomar o rendimento escolar como parâmetro para análise da progressão do aluno na escola, utiliza o critério da seriação apontado no parágrafo V do artigo citado acima:

“Art. 24

[...]

- V- a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:*

[...]

- b) *possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado [...]* (Citado em Sousa e Alavarse, 2003, p. 81).

Tomando como base esses autores, pode-se verificar que realmente há muitas contradições no sistema de organização do ensino. A começar pela LDB, que abre um leque de possibilidades de organização de ensino, gerando conflitos, seguidos de propostas de ciclos, progressão continuada, que são adotados como “remédios” para o ensino de qualidade, mas que no fundo, não passam de medidas tomadas simplesmente para evitarem “exclusão”, evasão e repetência com raízes na organização seriada. Uma máscara para o ensino.

Sousa e Alavarse concluem: “...Não se encontram diretrizes que contribuam para um avanço na explicitação da concepção de ciclos, e muito menos, determinações de medidas efetivas para sua implementação. Contraditoriamente, no entanto, estão em curso no país muitas iniciativas [...] para difundir a organização do ensino em ciclos, envolvendo milhões de alunos e seus professores”. (Sousa e Alavarse, 2003, p. 86).

Qualificação dos professores e condições de trabalho

No ano de 2000 e 2001, a rede municipal ofereceu à todos os professores (do ensino fundamental e infantil), cursos chamados “PCNs em Ação”. Os formadores estudavam as “áreas” propostas pelo PCN, assessorados pelo MEC, para posteriormente, trabalhar com os professores.

Apesar de se tratar do Ensino Fundamental, a Secretaria de Educação da rede municipal ofereceu o curso a todos, devido ao fato de não haver distinção entre os professores, pois todos são PI, e estão sujeitos a assumirem salas do Ensino Fundamental a qualquer momento.

O curso foi oferecido seguindo os objetivos propostos na apresentação do PCN, auxiliando o professor na tarefa de reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, que serão transformados continuamente pelo professor. O PCN aponta algumas possibilidades para a sua utilização:

- *“Rever objetivos, conceitos, formas de encaminhamento das atividades, expectativas de aprendizagem e maneiras de avaliar;*
- *Refletir sobre a prática pedagógica, tendo em vista uma coerência com os objetivos propostos;*
- *Preparar um planejamento que possa de fato orientar o trabalho em sala de aula;*
- *Discutir com a equipe de trabalho as razões que levam os alunos a terem maior ou menor participação nas atividades escolares;*
- *Identificar, produzir ou solicitar novos materiais que possibilitem contextos mais significativos de aprendizagem;*
- *Subsidiar as discussões de temas educacionais com os pais e responsáveis” (PCN, 2001, vol. 1, p.10).*

É evidente que a falta de discussão da implantação e objetivos da progressão continuada é um agravante ao sistema educacional. Segundo João Palma *“É preciso que o magistério veja vantagens na mudança, mas não houve discussão suficiente, nem com os professores, nem com os pais dos alunos”.*

Um fato que nos chamou a atenção na entrevista com a supervisora do ensino fundamental de Hortolândia, foi a questão das discussões coletivas sobre a reorganização do ensino, destinadas à implementação da progressão continuada. Segundo ela, a implementação foi feita a partir de discussões, porém, no final da entrevista percebo uma contradição, à medida em que explica a resistência dos profissionais, devido ao fato de não ter sido feito um estudo adequado sobre o objetivo real do programa de progressão continuada, e que essa resistência diminui à medida em que se alcança os objetivos propostos. Se a proposta foi discutida coletivamente, isso me faz crer que devam ter sido explicada, discutida e até mesmo estudada a proposta em si, para que não se “atirasse no que viu e acertasse no que não viu”.

Este é mais um elemento que permite dizer que os professores têm razão ao criticar a proposta, uma vez que não foram ouvidos, nem tiveram a

oportunidade de opinar sobre a reorganização do ensino. Fica evidente que é uma proposta feita dentro da Secretaria da Educação Municipal da cidade.

A falta de condições e preparação para realizar o trabalho proposto é também evidenciado nas respostas do questionário. Há uma certa angústia quando se trata de condições de trabalho oferecidas, talvez, ao meu ver, pela contradição, explícita entre a proposta e a realidade. Para Mennucci: *“A necessidade do educador-mediador, construtor do diálogo permanente entre a realidade do aluno e o saber sistematizado, propulsor das discussões filosóficas que orientam o exercício do nosso ofício, exige compromisso político para com a formação e valorização do magistério”* (Mennucci, fórum de debates, 2002).

Bernadete Gatti, também comenta e apóia a formação de professores: *“[...] quando se fala na formação de professor, está falando na formação de todos os que estão envolvidos na escola. De todos, porque os diretores, os coordenadores pedagógicos, os supervisores, dirigentes de ensino, vêm dessa formação, seja da Pedagogia, seja das licenciaturas, da formação do Magistério. [...] há a necessidade, sim, de se repensar programas de educação continuada. [...] é necessário, então, considerar com atenção e em bases inovadoras, a formação permanente de quem está na escola”* (Gatti, fórum de debates, 2002). Roberto Augusto Torres Leme completa: *“Uma renovação de tal amplitude (o sistema de ciclos e a progressão continuada) exige uma infra-estrutura adequada, uma mudança radical do nível de formação e de identidade profissional dos professores; exige ‘uma nova profissionalidade docente ou um acesso acelerado de profissionalização’* “ (Leme, fórum de debates, 2002).

Quanto às horas de trabalho coletivo remunerado do professor para avaliação e capacitação, os professores consideraram tais HTPCs como um espaço feito para “blá-bla-blá”, recados hierárquicos e burocráticos, conversas paralelas, sem produtividade. Segundo os professores, são poucos os que conseguem planejar, trocar idéias e compartilhar dos problemas enfrentados no dia a dia.

O horário de trabalho pedagógico coletivo, antes restrito a algumas escolas e professores, foi uma conquista de suma importância pois, ao ser

incorporado na jornada de trabalho, quando da reestruturação da carreira do magistério em 1997, estendeu a todos os docentes o direito a essas horas adicionais e criou condições concretas para que o trabalho coletivo ocorresse na escola, onde o projeto pedagógico deve ser elaborado e avaliado em contínua e permanente integração da equipe escolar, transformando-se em espaço vivo de aperfeiçoamento profissional, irradiação de novas propostas, reflexão sobre o cotidiano e disseminação de experiências bem sucedidas. (Wey, CENP, 2002).

De acordo com o PCN: *“...Para a concretização dos ciclos como modalidade organizativa, é necessário que se criem condições institucionais que permitam destinar espaço e tempo à realização de reuniões de professores, para discutir os diferentes aspectos do processo educacional”* (PCN, 2001, vol.1, p. 61).

A hora de trabalho pedagógico coletivo do município em questão (Hortolândia), acontece semanalmente. Nos anos anteriores à 2004, eram destinadas duas horas semanais para o cumprimento da mesma, sendo tratadas como horas adicionais (antes do Estatuto). Já no ano de 2004, a mesma HTPC se estendeu para três horas semanais, sendo incorporada à carga horária do professor (depois do Estatuto). Ambas são obrigatórias, podendo ocasionar advertência (caso haja mais de três faltas injustificadas, implicando na pontuação do professor). É óbvio que, na rede de ensino municipal da cidade de Hortolândia, não é um direito do professor, mas sim um dever.

A maioria das escolas faz estas reuniões no período da noite (sendo “sugerido” pela Secretaria da Educação do Município), para que os professores possam estar todos reunidos, devido ao fato de alguns professores estarem exercendo suas atividades em dois períodos. Mesmo com esse argumento, os professores não conseguem ver as HTPCs como algo produtivo que favoreça a troca de experiências.

Promoção continuada é diferente de promoção automática

A progressão continuada da aprendizagem pretende assegurar a permanência das crianças na escola com sucesso e a formação de cidadãos críticos e criativos, porém, não pode ser vista como promoção automática.

As ciências modernas tem algumas premissas básicas que fundamentam a importância de uma mudança no modelo educacional e a cultura da escola.

Neubauer, aponta algumas dessas premissas:

- *“o ser humano, desde o início de sua vida apresenta ritmos e estilos significativamente diferentes para realizar toda e qualquer aprendizagem: andar, falar, brincar, comer com autonomia, ler, escrever, etc.*
- *toda aprendizagem, inclusive a cognitiva, é um processo contínuo, que ocorre em progressão e não pode nem deve ser interrompida ou sofrer retrocessos, pois isto implica prejuízos enormes, tanto no que respeita à auto-imagem do aprendiz como na sua motivação para aprender;*
- *toda criança normal, sem traumas ou problemas mentais, quando exposta a situações motivadoras de ensino é capaz de aprender e avançar em relação a seus padrões anteriores de desempenho;*
- *aprendizagens cognitivas exigidas pela escola podem ocorrer com maior ou menor rapidez em função das características a estimulação dos ambientes sociais de onde as pessoas provêm;*
- *o desempenho cognitivo e acadêmico de crianças e jovens de diferentes extratos sociais tende a atingir, nos anos iniciais de escolaridade, patamares médios bastante semelhantes, se respeitadas as dificuldades e obstáculos iniciais dos alunos e garantida a aprendizagem continuada com reforço e orientação para aqueles com maiores dificuldades.” (Neubauer, 2002).*

Ainda para Neubauer: *“o aluno deve ser respeitado, suas características bio-psico-sociais consideradas no processo de planejamento, desenvolvimento e avaliação do ensino”*.

Uma vez que a escola deva garantir acesso, permanência e sucesso, é importante ressaltar que isso se dará devido à existência de condições objetivas (condições de trabalho como: organização da prática, materiais, salários) e também condições subjetivas como: formação do professor, concretizando assim, a proposta de ensino aqui mencionada. Do contrário, certamente, se implementará o acesso de todos ao ensino, mas sem a certeza de qualidade e sucesso para todos os alunos.

Uma supervisora do ensino fundamental da rede municipal de Hortolândia, aponta que a maioria dos professores são a favor da progressão continuada, mas realmente existem ressalvas que devem ser levadas em consideração para que não ocorra a aprovação automática como: a quantidade de alunos dentro de uma sala de aula; capacitação de professores; envolvimento da família no processo de aprendizagem. A supervisora ainda explica que há um compromisso por parte da Secretaria de Educação em atender todas as necessidades que a progressão continuada exige visando sempre a formação total de alunos e professores. Porém, o que vemos acontecer na educação municipal de Hortolândia contradiz o que ela coloca à medida que encontramos grande quantidade de alunos dentro das salas de aula. A preocupação realmente existe, mas é preciso deixar claro que essa necessidade ainda não foi atendida.

As mudanças não acontecem do dia para a noite, pois exigem que se tenha disponibilidade de verba para investir na educação, construção de mais salas de aula e capacitação de professores. Sabemos também que no “papel”, na teoria todos os projetos e propostas são realmente fascinantes, porém na prática deixam muito a desejar.

O compromisso com a educação de qualidade deve envolver a todos, desde o Governo até a família, ou seja, a sociedade em si. Temos consciência de que toda mudança exige tempo para que se alcance os objetivos propostos, mas isso não pode converter-se em acomodação, ou seja, é preciso que se comece a partir do momento em que a implementação da proposta ocorre, visto que quanto antes começarmos, mais cedo teremos êxito.

Promoção dos alunos não alfabetizados e grande número de alunos dentro da sala de aula

Outro importante impasse é a questão de aprovação de alunos não alfabetizados. A maioria dos educadores se mostraram insatisfeitos com o sistema educacional e com a metodologia adotada, alegando que existem alunos que chegam ao segundo ciclo sem saber ler. Esses alunos são aqueles que geralmente já reprovaram uma ou mais vezes no final do primeiro ciclo (2ª série), e conseqüentemente, irão para o segundo ciclo, uma vez que “não é viável” segurar tanto tempo esse aluno na escola. Para o professor João Palma, a progressão continuada não afetou a qualidade da educação, já que se o sistema seriado fosse tão bom, a educação brasileira não teria índices tão altos de reprovação quando avaliada nacionalmente, visto que nem todos os Estados aderiram à nova proposta. Para ele “ *A preocupação não deve ser se vai reprovar ou não, mas com o aprendizado*” .

Segundo Cortella: “*A finalidade dos ciclos não é facilitar a aprovação. A finalidade dos ciclos é dificultar a reprovação burra, aquela que acontece por falha da nossa organização ou da nossa estrutura. Portanto, há sim um vínculo direto entre a educação em ciclos de aprendizagem e a formação de cidadania, mas não, evidentemente, do modo como se encontra [...] Não estamos num processo de “resgate”, mas sim de construção da cidadania. Portanto, a proposta de ciclos de aprendizagem faz parte dessa construção, com reorientações, reformulações, com uma nova rediscussão dentro das comunidades educacionais. Faz parte sim, do processo de construção da cidadania, à medida que evita uma extinção estudantil absolutamente inútil*” (Cortella, fórum de debates, 2002).

Vítor Paro, concorda com Cortella dizendo: “*A principal característica da progressão continuada é, precisamente, a eliminação da reprovação, o que constituiu o maior avanço pedagógico proposto pelas políticas públicas em educação no Século XX. Progressão Continuada significa que se progride continuamente, sem o “regime estúpido das repetições de série”.*

Neubauer (2001), aponta que o ciclo desvela a incompetência da escola e do sistema para ensinar que a reprovação mascarava e que a progressão

continuada exige um bom trabalho coletivo da escola para garantir o sucesso dos alunos. *“Na reprovação a marca do fracasso é do aluno, na progressão continuada em ciclos, a marca do fracasso é da escola, do trabalho do professor, da organização do sistema de ensino que tem de ser avaliado, questionado, revisado e repensado nos seus pontos frágeis”.*

Entretanto, o grande número de alunos por sala é um ponto considerado pelos professores como “obstáculo para que a progressão continuada “dê certo”. É muito comum, ao entrarmos nas salas de aula nos depararmos com um aglomerado de alunos. Observei que existem salas em que quase não dá para o professor circular. Uma polêmica muito comum entre os professores é entender se garantir permanência e acesso está vinculado, juntamente a salas numerosas, pois existem pelo menos quarenta alunos por sala garantindo acesso, mas não qualidade de ensino.

Para o presidente do Centro do Professorado Paulista, Palmiro Mennucci, é preciso diminuir o número de alunos por sala para que o professor possa executar seu trabalho com eficácia: *“ Faz-se necessário reduzir o número de alunos na sala de aula, estabelecendo, como limite máximo de trinta alunos por sala, no Ensino fundamental. Essa medida criará condições para que os educadores possam, no seu trabalho, respeitar premissas básicas do que vêm sendo postuladas como condição fundamental para o “melhor aprender” como atendimento individualizado, personalizado; o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, a condução do permanente diálogo entre o mundo do aluno e o saber historicamente construído”* (Mennucci, fórum de debates, 2002).

Falta de compromisso dos alunos, condições de recuperação defasadas e a importância do comprometimento da família

No que diz respeito aos alunos, os professores acreditam que existe uma “comodidade” por parte dos alunos, visto que só de freqüentar a escola já garantiram a aprovação. Segundo uma professora de 3ª série (2º ciclo), de uma escola do centro da cidade, onde a clientela possui uma outra realidade (socio-

econômica), em uma reunião de pais, no começo do ano, ela explicava aos pais sobre a importância do compromisso dos pais e alunos perante a educação (já que as crianças desse nível não reprovavam, exceto se ultrapassassem o número de faltas permitidas), uma mãe disse o seguinte: ***“Olha professora, meu filho não sabe e nem vai saber que na 3ª série não reprova, porque ele já não gosta de estudar e se eu falar para ele que ele ‘vai passar de ano’, aí é que ele não vai estudar mesmo!”***

Baseando-se nesse depoimento, é possível perceber que a reprovação está enraizada em nossas “veias”, e a sua “extinção”, mesmo que parcialmente, gera comodismo na criança, justamente porque não há mais o que se temer, que é a retenção: a “arma” que está nas mãos dos professores. Oliveira, não concorda que o comodismo esteja nos alunos, mas sim nos professores: *“O mundo mudou, as oportunidades educacionais exigidas, por direito, pela sociedade foram abertas e o Ensino Fundamental obrigatório está praticamente universalizado. O desafio da Progressão continuada é enorme. Precisa ficar bem claro que não significa deixar de ensinar só porque todo mundo passa. Não podemos trabalhar com a impressão de que ninguém quer aprender nada conosco, de que nada temos de importante para dizer e de que os alunos só prestam atenção se tiverem medo da retenção, da única arma em nossas mãos. Os professores devem se conscientizar do seu dever de ensinar”* (Oliveira, fórum de debates, 2002)

Oliveira ainda ressalta: *“ No sistema de ciclos, no qual os alunos só são retidos nos anos que o compõem se não alcançarem o mínimo de frequência legalmente requerido, as cobranças devem existir, sim. Mas ao longo do tempo, mostrando as fragilidades do aluno e oferecendo-lhe contínuas oportunidades de recuperação e reforço”* (Oliveira, fórum de debates, 2002).

O “reforço” oferecido aos alunos na rede municipal de Hortolândia é feito através de uma avaliação aplicada pelo professor, que diagnostica se o aluno tem dificuldades para que possa estar frequentando o “reforço”, grupo de apoio. Havendo vagas, será atendido. Caso contrário, é feita uma comparação para verificar quais são os alunos que têm mais necessidades para participar das aulas de reforço. Um dado importante é que o grupo de apoio é limitado em um certo número de alunos para que se possa dar a atenção necessária, porém as aulas são feitas duas vezes por semana, compreendendo cada uma

no máximo de 1:50 minutos, não sendo o professor do aluno que ministrará essas aulas, e sim um outro professor.

Na rede municipal da cidade há três tipos de grupos de apoio: alfabetização (para alunos de 1º e 2º ciclos que não se alfabetizaram); produção de textos (destinados geralmente à alunos de 2º ciclo que tenham dificuldades em produzir textos, ou quando houver vagas, poderá ser aberto a alunos de 2ª série do 1º ciclo); e matemática (para alunos geralmente de 2º ciclo que apresentam dificuldades em interpretação de problemas e resolução de operações matemáticas, ou quando houver vagas para a 2ª série do 1º ciclo). A professora que ministra as aulas dos três grupos é a mesma. Cada unidade escolar tem uma professora responsável pelos grupos.

Quanto à recuperação algumas professoras a apontam como positiva, porém há de ser feita não como recuperação de janeiro, e sim como recuperação paralela.

Outro fato importante de se dizer é que quando o aluno não consegue atingir alguns dos objetivos propostos para o ciclo, deverá ficar retido ao final do mesmo para que possa conquistar esses objetivos. O que vem acontecendo é que ao final da 2ª ou 4ª séries, o aluno que fica retido será submetido a aulas e tarefas que já executou anteriormente sem resultados. Esse aluno não terá a possibilidade de continuar onde parou e rever o que é necessário para seu desenvolvimento. Isso nos mostra que não é a proposta que não é boa, mas o modo como está sendo executada, causando sim, desmotivação no aluno, que muitos professores chamam de “preguiça”.

Tendo em vista essa realidade, os professores se expressam dizendo que é impossível acontecer um progresso de aprendizagem, sendo que é contraditório à lei o que vem ocorrendo no município, não podendo ser chamado de “recuperação paralela”.

Oliveira também explica a questão da assiduidade dos alunos não como promoção, mas como direito da sociedade em ter seus cidadãos sendo educados: *“ é fundamental modificar o entendimento do significado da presença estudantil nas atividades escolares. Embora a LDB considere que a frequência do aluno a um mínimo de 75% das aulas é obrigatória para sua promoção, isto não quer dizer que faltar a até 25% das atividades escolares seja um direito do aluno. Antes, qualquer falta à escola de ensino fundamental*

de certa forma fere o direito da sociedade de ter seus cidadãos sendo educados. Assim, cumpre trabalhar para eliminar o grande número de ausências às atividades escolares, conscientizando os alunos das conseqüências que suas faltas às faltas lhe acarretariam, cabendo ao Poder Público zelar pela freqüência da criança ou adolescente ao ensino fundamental". (ECA, artigo 54, parágrafo terceiro, In: Oliveira, p. 9).

José Mário Pires Azanha, no fórum de debates em 2002, mencionou o conteúdo de uma carta que o educador Sampaio Doria escreveu em 1918, à Oscar Thompson que, era diretor geral do ensino: *" Promover do primeiro para o segundo períodos todos os alunos que tivessem tido o benefício de um ano escolar, só podendo os atrasados repetir o ano; se não houver candidatos aos lugares que seriam ocupados. Porque, se houver candidatos, aí eles têm que..."* Isso nos leva a crer que há muito tempo já se falava em "passar o aluno" quando a demanda fosse muito grande. Portanto, esse fato não é exclusivo da progressão continuada, uma vez que já no ano de 1918 ocorria.

O comprometimento da família (pais) com relação aos educandos e escola também foi um ponto bastante discutido, sendo que o aluno se torna mais responsável, determinado e dedicado, quando é cobrado dele um esforço. Esse esforço será compensado com a aprovação do mesmo. Para Roberto Augusto Torres Lemos: *" é muito importante o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade como um todo, nos projetos e nos processos de reforma escolar/educacional; afinal, a sociedade será a destinatária última de toda e qualquer reforma escolar"* (Lemos, fórum de debates, 2002).

Uma supervisora do ensino fundamental da rede municipal de Hortolândia, diz que uma das preocupações da Secretaria é com relação ao envolvimento da comunidade nas discussões do processo educativo, onde a escola busque esse envolvimento através de reuniões de pais, conselho de escola e APM, informando e unindo as idéias sobre o processo de aprendizagem e da necessidade do compromisso familiar em acompanhar e estimular o desenvolvimento de seus filhos, porque é dessa forma se alcançará êxito no programa de progressão continuada.

O envolvimento da comunidade é realmente de extrema importância, mas deve acontecer de fato. O que vivenciamos, é que nas reuniões da APM, por exemplo, geralmente são discutidos somente a questão do dinheiro

recebido e gasto pela escola para manutenção do ensino. Não se abre a discussão para reflexão da importância da família na educação e desenvolvimento integral dos alunos, o que mais uma vez nos mostra que a mudança no processo da educação está distante.

Avaliação dos alunos

Para que a implantação de ciclos e progressão continuada não se configure simplesmente como fim da repetência que alivia as estatísticas, é preciso que sejam garantidas condições para a aprendizagem escolar e para a vivência da avaliação em seu sentido construtivo. (Sousa e Alavarse, 2002, p. 90).

No que se refere à avaliação, O PCN, contempla: *“elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e também como elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa; instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades; ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho”* (PCN, 2001, vol.1, p. 83-84).

A escola tem como objetivo principal o ensino. No entanto, o processo de apropriação e construção do conhecimento pelo aluno, é medido a partir da avaliação com função diagnóstica do processo de ensino e aprendizagem permitindo o seu contínuo aprimoramento. *“Portanto, seus resultados devem servir para orientação da aprendizagem, cumprindo sua função eminentemente educacional, rompendo-se com a falsa dicotomia entre o ensino e avaliação, subsidiando professores, alunos e a escola como um todo na transformação do trabalho escolar”* (Sousa e Alavarse, 2002, p. 74).

A avaliação é um assunto que realmente gera muita discussão, devido ao fato de a mesma não ser adequada, justamente por causa do sistema de

atribuição de aulas, onde geralmente os professores concursados não são efetivos em uma determinada unidade escolar, ocasionando uma remoção em busca de uma nova unidade. Esses professores ocupam o lugar de professores que estão afastados para designar uma função administrativa (direção, vice-direção) ou pedagógica (coordenação). Isso ocorre devido ao fato de que essas funções são designadas como "cargo de confiança" que a qualquer momento podem ser interrompidas e esse profissional voltar para a sua sala de origem. Com isso, o trabalho que vinha sendo desenvolvido com os alunos passa a não ter continuidade.

Sousa e Alavarse, constataam que todos os envolvidos com a educação, tendem a confundir o sistema de atribuição de notas e seleção dos alunos com a perspectiva seriada, devido ao fato de que foram formados por esse sistema de ensino: *Há que se levar em conta que alunos, pais, professores e outros profissionais da educação, que direta ou indiretamente estão envolvidos com o fazer escolar, têm assimilado concepções e vivências de avaliação que se coadunam com uma perspectiva seriada e classificatória da escolarização, sendo esta comumente confundida com o procedimento de atribuição de notas e de seleção dos alunos que têm condições de ser promovidos para séries subseqüentes*". (Sousa e Alavarse, 2003, p. 75).

Ainda se tratando em avaliação, Freitas alerta para a existência da avaliação informal que costuma ser usada como compensação da eliminação da avaliação formal em sala de aula. Além disso afirma que a *"avaliação do comportamento do aluno em sala, é um poderoso instrumento de controle comportamental em ambiente escolar, já que exige do aluno obediência às regras. Este é o lado freqüentemente esquecido quando se implantam os ciclos: controle de sala de aula. Em uma escola artificializada, a avaliação faz mais que avaliar habilidades – cria um estrutura de poder na sala de aula, em que se apóia o controle do professor sobre o aluno. Não é uma boa forma de controlar, mas não levá-la em conta pode resultar em alto custo. Quando os ciclos 'quebram' a avaliação como forma de reprovação, por supor que estejam no plano instrucional, quebram adicionalmente o poder de controle da sala de aula sem nada colocar no lugar, nem sequer a preparação do professor para a nova situação*". (Freitas, 2002, p.84).

Projetos desconectados com a realidade da comunidade escolar e falta de tempo para cumprimento de conteúdos

Vale considerar também a questão dos projetos que são realizados pela rede, uma vez que são impostos e não partem dos professores. Nesse trabalho considerei dois desses projetos que são muito discutidos entre os professores.

Primeiramente, abordarei o projeto Estrada para a Cidadania. O projeto é bastante interessante, com objetivos voltados para a cidadania, uma vez que queremos formar alunos cidadãos. De acordo com os professores, há alguns pontos que devem ser considerados, pois não estão de acordo com os objetivos propostos.

Inicialmente, o projeto aponta que a formação de cidadão responsável inicia-se desde cedo e que se estende na escola, com o educador como “peça” importante para essa formação. No entanto, o projeto atende neste ano (2004), um número limitado de alunos, ou seja, somente o segundo ciclo participa. Esse episódio, segundo os professores é uma contradição, tanto da proposta, quanto da importância que a escola dá para a educação e formação do cidadão.

É dada por parte dos educadores, uma importância muito grande em relação aos conteúdos, currículo, visto que há cobranças sobre o que está sendo apreendido pelos alunos.

Um comentário de uma professora é de extrema valia: “a questão do dinheiro gasto com esse projeto, do investimento que se faz em busca de uma qualidade de ensino e formação do cidadão que não está acontecendo. É preciso analisar até que ponto esse projeto está sendo bem sucedido, porque se não está “cativando” os professores, é porque algo está errado. Não é viável se investir em algo que só fica no “faz-de-conta”, é preciso que se invista em projetos mais objetivos, que o professor sinta a importância do mesmo.”

Não estou com isso, afirmando que o projeto seja bom ou ruim, o que quero ressaltar é que para que um projeto tenha êxito, precisa ter o apoio do profissional que irá ministrá-lo. A valorização da vida é um tema muito

importante, em que se precisa realmente investir, porém é necessário que se pense em como abordar esse assunto, para que não se torne “maçante”.

A Gincana da Água é também explicitada pelos professores como algo sem sentido, gerando muita competição. A grande reclamação dos educadores, em geral, é a respeito do tempo que se “perde” com os preparativos, devido ao fato de estar em jogo o trabalho coletivo da escola.

Importante dizer que nesse ano de 2004 ocorreu um fato que causou mais angústia ainda, tanto dos profissionais, quanto dos alunos. Começaram os preparativos antecipadamente, como sempre, pois a semana de apresentações estava marcada para o dia 20 de setembro, porém, na véspera da abertura, dia 17 de setembro, chegou a comunicação de que a gincana foi adiada, sem data prevista para acontecer. O comunicado causou muita discussão, já que todos passaram momentos estressantes com ensaios e confecções das solicitações.

Após alguns dias, chegou o aviso de que a semana da gincana seria em outubro. A abertura aconteceria dia 19 de outubro. Nessa semana aconteceriam todas as provas propostas que constam no regulamento.

Essa parada fez com que as escolas se desmotivassem, já que as atividades retornaram ao ritmo normal. O ocorrido, de certa forma, prejudicou o andamento do trabalho, visto que os alunos também perderam a vontade de participar. Houve momentos em que o educador precisou mostrar uma motivação que nem mesmo eles possuíam. Era muito comum ouvir professores questionando: ***“Aqui brinca-se muito com a educação e com a paciência de todos! Isso é que chamam de respeitar o aluno? E onde fica o nosso trabalho?”***

Como vimos, os projetos devem ter um objetivo concreto para que não sejam considerados “ruins”. Eles devem estar de acordo com as necessidades dos alunos, ser elaborados pelos professores, para que possam atingir realmente os propósitos.

Projetos impostos, acabam por se tornar puramente políticos, sendo considerados algo “para inglês ver”, o que não é bom, principalmente se há uma competição não sadia entre escolas, como vem acontecendo na rede municipal de Hortolândia.

Exclusão pela “inclusão” e avaliação inadequada dos alunos com “defasagem” de ensino

Durante a observação que realizei em sala de aula com alunos em defasagem de ensino, notei que os alunos geralmente não trabalham em grupos, talvez devido ao fato de a sala ser muito homogênea, não favorecendo a troca de experiências entre os educandos. Essa sala pode ser considerada como sala “depósito”, onde se colocam aqueles alunos que apresentam “problemas” de aprendizagem.

Alguns dizem que está acontecendo uma exclusão dentro da proposta de inclusão. Para a formação dessa sala foi preciso muita reunião para que se chegassem a um consenso, pois algumas pessoas eram contra a formação dessa sala e outros a favor. Na escola onde realizei a observação, essa foi uma medida tomada como experiência, visando melhorar o rendimento dos alunos.

O processo de inclusão faz-se presente a partir das exigências de escolarização das classes populares e também devido às necessidades de reorganização do processo que permitisse uma nova maneira de exploração da classe trabalhadora. *“Tal processo de inclusão dá-se como resposta às próprias lutas das classes populares que exigem mais escolarização e por necessidades intrínsecas ao próprio processo de reestruturação produtiva que visa estabelecer um novo padrão de exploração para a classe trabalhadora, incluída aí a necessidade de submeter um contingente cada vez maior de jovens às regras dominantes em uma escola cada vez mais controlada em seu conteúdo e método. O Estado procura atuar criando políticas públicas que viabilizem essas pressões”* (Freitas, 2002, p. 313).

Dentro desse contexto, Saviani coloca que a causa da marginalidade é identificada com ignorância, falta de esclarecimento. Nesse contexto, a escola surge como um instrumento que irá “suprir” a marginalidade. *“A causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir conhecimentos*

acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente” (Saviani, 2002, p. 6).

A escola onde está inserida a sala de alunos em “defasagem de ensino”, está situada num bairro de periferia, onde a maioria das famílias é de baixa renda. Apesar de outros fatores que levarem a essas dificuldades, há também a questão cultural, devido às diferenças sociais.

As desigualdades sociais afetam o processo de ensino-aprendizagem, justamente porque os pais, muitas vezes, não são escolarizados, sequer alfabetizados. A família está excluída da sociedade, e este aluno, além de ser excluído dentro da escola, será também quando voltar a se inserir na sociedade, porque o rendimento escolar depende do capital cultural que a família possui. Freitas explica: *“Por eliminação, aqui, não se deve entender que a criança seja, necessariamente, excluída e colocada para fora da escola; há também uma exclusão no interior da escola. E mais: não é só dentro da escola; ao retornar à sociedade”* (Freitas, 2002, p. 82).

Sousa e Alavarse, fazem uma importante observação sobre a diferença e a desigualdade, evidenciando a confusão existente entre ambos, onde a escola acaba, de certa forma exercendo a discriminação, “apartando” os educandos que escapam do padrão que é definido e esperado sobre o desempenho escolar: *“Tendencialmente, em nossas escolas, o que se observa é a diferença confundida com desigualdade e, assim, tratada como algo a ser superado. Portanto, ao invés de procurarmos minimizar ou superar a desigualdade, exercemos a discriminação ‘separando’ aqueles alunos que ‘fogem’ ao que é definido como padrão esperado de desempenho escolar”* (Sousa e Alavarse, 2003, p. 76).

Saviani explica as diferenças existentes entre os homens, não só físicas, mas cognitiva. Para tanto, traz para a discussão a questão dos marginalizados, como sujeitos “anormais”, aqueles que têm limitações diversas, mas que contribuem para o entendimento das diferenças, sendo portanto, um fenômeno normal. *“...os homens são essencialmente diferentes; não se repetem; cada indivíduo é único. Portanto, a marginalidade não pode ser explicada pelas diferenças entre os homens, quaisquer que elas sejam: não apenas diferenças de cor, de raça, de credo ou de classe, o que já era defendido pela pedagogia tradicional; mas também diferenças no domínio do conhecimento, na*

participação do saber, no desempenho cognitivo. Marginalizados são os 'anormais', isto é, os desajustados e inadaptados de todos os matizes. Mas a 'anormalidade' não é algo, em si, negativo; ela é, simplesmente, uma diferença. Portanto, podemos concluir, ainda que isto pareça paradoxal, que a normalidade é um fenômeno normal" (Saviani, 2002, p. 8).

Considerando o trabalho diferenciado realizado pela professora da classe onde realizei a observação, bem como as atividades para desenvolvimento de outras habilidades, comprova-se que a professora acredita e respeita as diferenças individuais, ela acompanha o desenvolvimento de cada um de seus alunos. Segundo Chalita, a educação de qualidade se faz a partir desses pressupostos: *"O desafio está, no parceiro mais experiente, em desenvolver esse processo aluno por aluno. [...] O discurso educação-inclusão que é fundamental faz com que a escola não fique segregando, discriminando determinado tipo de aluno, mas sim incorpore a noção de que ele possa aprender na sua própria capacidade cognitiva de aprender. Talvez esse aluno tenha determinadas limitações, não tenha como desenvolver algum tipo de habilidade, mas desenvolve outras. E o professor consegue acompanhar esse processo"* (Chalita, fórum de debates, 2002).

A proposta da avaliação em Hortolândia é de respeitar o educando como um todo, o tratamento metodológico está cada vez mais centrado no envolvimento do aluno num processo de construção do conhecimento, respeitando sempre o aluno como sujeito que aprende, respeitando suas limitações, bem como, o respeito às limitações dos docente e recursos materiais, no entanto há uma contradição no que diz respeito à avaliação, sendo esta uma verificação do rendimento escolar visando: a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

A avaliação que se propõe, geralmente, não respeita a limitação do educando, pois é aplicada da mesma maneira aos diferentes alunos. Não estou, com isso, julgando o trabalho do professor, afirmado que a avaliação sugerida aos alunos não é correta; o que pretendo sugerir, é que deve ser assegurado o direito às diferenças, à individualidade.

O problema é do próprio sistema de ensino, que "fecha" os olhos para a questão da avaliação, propondo as chamadas "sondagens", que muitas vezes chegam às escolas xerocadas, todas iguais (respeitando a série e ciclo), para

avaliar os alunos. Os coordenadores precisam, a cada final de mês, levar em suas reuniões com os supervisores de ensino, um gráfico mostrando a situação dos alunos (cada série separadamente). A pretensão é supervisionar o ensino e providenciar melhoras, porém, o que se propõe nem sempre corresponde à prática.

É preciso ficar atento à proposta de ensino a que estamos submetidos, porque há muitos desencontros. Os ciclos não devem ser uma aglomeração de séries, caso contrário, a lógica da serialização prevalece, mesmo que mascarada: *"... o ciclo não é um amontoado ou conglomeado de séries, nem uma simples receita para facilitar o fluxo escolar, acabar com a reprovação e a retenção, não é uma seqüência de ritmos de aprendizagem. É mais do que isso. É uma procura, nada fácil, de organizar o trabalho, os tempos e espaços, os saberes, as experiências de socialização da maneira mais respeitosa para com as temporalidades de desenvolvimento humano. Desenvolver os educandos, na especificidade de seus tempos-ciclos, da infância, da adolescência, da juventude ou da vida adulta..."* (Freitas, 1999, p.158).

5. Conclusão

O sistema educacional sempre esteve e sempre estará em discussão.

O discurso pela qualidade de ensino, bem como a garantia de acesso a todos, traz uma série de prós e contra, principalmente por falta de esclarecimento sobre onde se deseja chegar.

Vale dizer que a sociedade evolui gradativamente e essa evolução traz novas concepções e exigências, especialmente na área da educação.

A proposta da progressão continuada precisa ser discutida por todos os profissionais comprometidos com a educação, para que se possa consolidar em uma melhoria.

Não existe nenhuma teoria pedagógica, nenhum caminho, nenhum rumo, nenhum olhar de educação que dê certo sem o educador, porque é ele que está na sala de aula. Chalita completa: *“Não adianta eu ter a melhor teoria do mundo, conhecer os grandes caminhos ou as grandes correntes, saber de cor o sociointeracionismo, como é que isso se desenvolve se o educador, ou não está preparado ou não incorporou no seu repertório essa crença. Não acredita naquilo que está fazendo”* (Chalita, fórum de debates, 2002).

Todos concordamos que tanto professores quanto outros profissionais (que estão fora da sala de aula), precisam acreditar e estar envolvidos com o processo educacional (progressão continuada) porque se isso não ocorrer, ele perde o sentido. Também é fundamental a participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem, porque a educação não pode –se concentrar apenas nas mãos dos que estão diretamente ligados a ela, mas também da sociedade em geral.

A aprendizagem deve ser significativa, para que se torne motivadora. Paulo Freire, insistia muito nessa questão dizendo que quando não é significativo, não é aprendizagem, e sim apenas um dado de memória com o qual se trabalha, fazendo avaliação específica que não servirá de nada. A maneira como se ministrará as aulas não pode ser imposta por ninguém, vir de cima para baixo; é preciso ser construído, dialogado, vivenciado, visando sempre a formação do ser humano.

Nesse trabalho que apresentamos há indícios de que, mais uma vez, que na teoria as propostas e projetos funcionam muito bem, e que na prática

traz muitos transtornos devido à falta de condições de implementação. A teoria deve se fazer a partir das práticas, para que se possa obter resultados produtivos, caso contrário, o prejuízo pode ser maior, com alunos desmotivados em aprender e professores sentindo-se desvalorizados por não terem tido a oportunidade de expressão.

A solução da educação está nas mãos não só do professor, porque ele está dentro da sala de aula, mas de todos envolvidos com ela. Para isso, é extremamente importante que se tenha consciência de que o professor precisa ter instrumentos, apoio e incentivo para que se valorize, resgate a auto-estima, dele e dos alunos, para que encontre elementos dentro da sala de aula que fortaleçam suas relações com os educandos.

Bibliografia

- ANTUNES, Celso. *A Avaliação da aprendizagem: fascículo 11*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2002, 3ª ed.
- AZANHA, José Mário Pires. Considerações. Fórum de debates "Progressão Continuada: compromisso com a Aprendizagem". São Paulo, jun, 2002, <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pro>
- BERTAGNA, Regiane H. *Progressão continuada: limites e possibilidades*. Tese de doutorado. Campinas. Faculdade de Educação da Unicamp, 2003.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).
- CEE, Conselho Estadual de Educação nº 119/97. *Avaliação e Progressão – Conselhos da Câmara de Ensino Fundamental*, dezembro 1997.
- CHALITA, Gabriel. *Progressão Continuada: Espinha dorsal da Política Educacional*. Fórum de debates "Progressão Continuada: compromisso com a Aprendizagem", São Paulo, jun, 2002, <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pro>
- CORTELLA, Mário Sérgio. *Aprendizagem em Ciclos: Repercussão da Política Pública voltada para a cidadania*. Fórum de debates "Progressão Continuada: compromisso com a Aprendizagem". São Paulo, jun, 2002, <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pro>
- FREITAS, Luiz Carlos de. *A internalização da exclusão*. Educação e Sociedade, Campinas, nº 80, 2002b.
- _____. *Ciclos de progressão continuada: vermelho para as políticas públicas*. Revista EccoS, São Paulo, v. 4 (1), jun.2002.
- GATTI, Bernadete. Considerações. Fórum de debates "Progressão Continuada: compromisso com a Aprendizagem". São Paulo, jun, 2002, <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pro>
- GUILHERME, Cláudia Cristina Fiorio. *A progressão continuada e a inteligência dos professores*. Tese de Doutorado, Araraquara, Unesp, 2002.
- LEME, Roberto Augusto Torres. "A progressão continuada e o sistema de ciclos: mais uma reforma escolar", Fórum de debates "Progressão Continuada: compromisso com a Aprendizagem". São Paulo, jun, 2002, <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pro>
- MAINARDES, Jefferson. "A organização da escolaridade em ciclos: ainda um desafio para os sistemas de ensino", in Creso Franco (org), Avaliação, ciclos e promoção na educação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 35-54.

_____. *Progressão Continuada: discussão a partir do que pensam as associações de classe sobre a questão*. Fórum de debates "Progressão Continuada: compromisso com a Aprendizagem". São Paulo, jun, 2002, <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pro>

SOUZA, S. M. Z. L, ALAVARSE, O. M. *Ciclos: a centralidade da avaliação*. In: FREITAS, L. C. (org.) e outros. Questões de avaliação educacional. Campinas, Komedi, 2003 a.

WEY, Vera Lúcia. *Progressão continuada da aprendizagem: O que falta dizer sobre sua implantação*. Fórum de debates "Progressão Continuada: compromisso com a Aprendizagem". São Paulo, jun, 2002, CENP, <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pro>

ANEXOS

Hortolândia, 30 de março de 2004.

Prezadas(os) Professoras(es):

Sou professora da rede e estou cursando o último ano de faculdade e para que se conclua o curso é preciso fazer um trabalho de conclusão (TCC).

Estou fazendo meu trabalho a respeito da progressão continuada dentro do município de Hortolândia.

Nessa perspectiva, entrei em contato com a Secretária da Educação (Srª. Sheilla B. Zacarchenco) e obtive autorização para que pudesse entregar este questionário aos professores de Ensino Fundamental para que estivessem respondendo.

Com esse intuito, peço a colaboração de todos(as). Peço que não se preocupem, pois os nomes não serão citados no trabalho, e não será feita nenhuma divulgação interna ou externa que possa identificar os respondentes. O nome é optativo, porém os professores que se dispuserem a conversar comigo sobre o assunto, muito me ajudarão no trabalho.

Caso se sintam mais à vontade, podem optar por enviar o questionário para o endereço de minha residência que consta no envelope.

OBS: Entregar o questionário dia 07/04 para sua coordenadora para que ela coloque dentro do envelope, pois dia 08/04 estarei recolhendo na parte da manhã.

Desde já agradeço a atenção.

Michelle Fabiana Trevisan

QUESTIONÁRIO

1. Nome (optativo):

2. Telefone (optativo):

3. Escola:

4. Há quanto tempo está atuando como professor(a)?

5. Há quanto tempo está no município de Hortolândia?

6. Conhece a proposta da progressão continuada adotada pelo município, ou seja, seus objetivos? Por favor, diga quais são os objetivos desta proposta, para você.

7. O que você acha da proposta? Aponte aspectos positivos e/ou negativos?

8. Você já trabalhou com seriação? Se sim, aponte aspectos positivos e/ou negativos.

9. O que você mudaria na proposta da progressão continuada?

**TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA
COM UMA SUPERVISORA
DO ENSINO FUNDAMENTAL
DA REDE MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

Entrevistador: Por que a Progressão Continuada foi implantada no município de Hortolândia?

Supervisora: A proposta de organização do ensino em ciclos visa a construção de uma escola que rompa com as práticas de seletividade, exclusão e de autoritarismo ao quebrar o regime de seriação que tem se constituído em um fatores básicos com a evasão e do fracasso escolar. Com esse objetivo a discussão acerca de avaliação ganhou destaque dentro da nova organização curricular e daí atendendo a lei 9394/96 em seu artigo 23 que trata a educação básica que poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância irregular de períodos de estudos, grupos não seriados com base na idade, na competência e em outros critérios ou por forma diversa de organização sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. Assim, no Estado de São Paulo no âmbito educacional entrou em vigor em 1992 essa nova organização do ensino de 1º grau que rompia então, a divisão por séries. A partir de discussões coletivas esta reorganização foi implementada em toda a rede municipal de Hortolândia a partir de 1996. Atualmente, envolve 15 escolas de ensino fundamental, mais de 10000 alunos e aproximadamente 500 profissionais da educação. Nas escolas municipais de Hortolândia o ensino fundamental foi estrutura em dois ciclos, 1º ciclo que são as antigas 1ª e 2ª séries e o 2º ciclo que são as 3ª e 4ª séries. A lei 9394/96 divide, o ensino fundamental em dois ciclos de 1ª à 4ª séries seria o 1º ciclo e o 2º ciclo seria de 5ª à 8ª. Nós aqui no município de Hortolândia optamos por fazer o 1º ciclo dividido em dois ciclos que seria o primeira ciclo às 1ª e 2ª e o segundo ciclo as 3ª e 4ª.

Entrevistador: Qual foi a finalidade desse projeto ter sido implantado no município de Hortolândia?

Supervisora: O objetivo, a finalidade foi realmente lei 9394/96 que ao estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional buscou criar condições legais para que cada escola pudesse se organizar para um alcance dos objetivos propostos na Constituição de 88 em relação à educação e que espelha o anseio da sociedade de ter educados todos os seus cidadãos zelando pelo sistema escolar quer pela garantia de vaga, quer pela efetivação de uma aprendizagem bem sucedida.

Entrevistador: Qual são os resultados obtidos atualmente com a implantação desse projeto pelo município?

Supervisora: A presença da progressão continuada leva os professores a analisar suas concepções sobre o papel e as finalidades do ensino fundamental na sociedade brasileira e o significado desse processo de aprendizagem de seus alunos. Para muitos professores, diretores, família, herdeiros da tradição criada pela estrutura elitista e excludente da escola brasileira, a organização escolar em ciclos, os quais por definição não comportam retenções em seu interior, não pode ser produtiva para aprendizagem dos alunos. Contudo, dados de pesquisa têm apresentado que as aprendizagens se fazem por espirais e que mesmo que algumas aquisições fiquem prejudicadas por um certo período enquanto se desenvolvem no complexo, processo de ensino e aprendizagem a não retenção dos alunos na progressão continuada pode permitir mais avanços do que quando é defendido um ritmo homogêneo e linear de domínio de conteúdos escolares. Assim, a progressão continuada não se alinha, de forma alguma com possível rebaixamento do ensino, antes envolve pensar sempre em diversas formas de prover aprendizagens essenciais com o domínio de habilidades e atitudes de busca de novas informações de conhecimentos de cooperação através de um projeto constituinte de trabalho pedagógico elaborado e desenvolvido em equipe.

Entrevistador: Quais são os recursos oferecidos para suprir a defasagem de alunos nos ciclos?

Supervisora: Para suprir a defasagem dos alunos, a rede municipal oferece os seguintes recursos: grupo de apoio: que são trabalhos diversificados dentro da sala de aula; capacitação dos professores através de cursos e trocas de experiências: visando compreender melhor como se processa a aprendizagem. Temos também uma ficha de acompanhamento de desenvolvimento semestral do aluno, onde o professor minuciosamente lista as capacidades e habilidades desenvolvidas individualmente pelos alunos, além do que, a rede oferece no turno oposto às aulas, vários projetos que visam o desenvolvimento integral do aluno (recuperação paralela).

Entrevistador: Como as avaliações se processam no município de Hortolândia?

Supervisora: O processo de avaliação no regime de progressão continuada exige um novo tratamento na escola, transformando-a num instrumento que acompanha a progressão do aluno e que possibilita aos professores e à instituição a tomada de decisão frente à progressão dos alunos, assim, a avaliação dos alunos no ensino fundamental de 1ª à 4ª série está prevista no regimento escolar do município no título 5 em seu artigo 84, que trata do processo de avaliação sendo realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo como um de seus objetivos, o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada aluno.

Entrevistador: Como funciona a recuperação paralela, a recuperação contínua e o reforço?

Supervisora: A recuperação paralela ou o reforço ocorre através do grupo de apoio, onde os alunos com defasagem freqüentam o grupo de apoio que consiste em atividades realizadas por professores específicos e devidamente capacitados para realizar um trabalho diferenciado de acordo com as dificuldades apresentadas pelos alunos. O grupo de apoio é um direito do

aluno, oferecido no turno oposto à aula, duas vezes por semana por duas horas, ou seja, quatro horas semanais. A recuperação contínua acontece dentro da sala de aula pelo próprio professor que consciente da dificuldade de seu aluno direciona-lhe atividades diversificadas e desafiadoras dentro do seu nível de dificuldade, ou seja, é um processo contínuo.

Entrevistador: Como foi o processo de adaptação, aceitação por parte de educadores mediante a implantação desse novo sistema na rede de Hortolândia?

Supervisora: Em recente pesquisa realizada no município, temos que 88% dos professores se posicionam a favor da progressão continuada, porém, existem ainda algumas ressalvas, tais como: a necessidade de se ter claro que esse sistema exige mudanças na estrutura atual, ou seja, número de alunos, capacitação de professores, envolvimento da família no processo e ter critérios bem definidos para que não se torne promoção automática. Diante dos expostos, há um compromisso da Secretaria em atender todas as necessidades que o programa de progressão continuada exige, visando sempre a formação total tanto do professor quanto do aluno, pois só assim teremos uma verdadeira educação de qualidade. Já foram observados os progressos já alcançados na rede e especialmente as condições em que estes foram feitos. Podemos assim, planejar os próximos passos exigindo novas atitudes dos alunos, da família e inclusive da escola. Não se coloca assim, a aprovação sem critério, sem um diagnóstico pedagógico, sem sério plano de trabalho a ser vencido nos anos posteriores.

Entrevistador: Como tem sido a aceitação da progressão continuada pela comunidade?

Supervisora: Há uma grande preocupação da secretaria de educação para que a escola busque envolver a comunidade nas discussões do processo educativo através de reuniões de pais, conselho de escola e APM, pois informando e difundindo as idéias acerca do processo de aprendizagem e da necessidade do compromisso familiar em acompanhar e estimular o

desenvolvimento de seus filhos, é que realmente conseguiremos um verdadeiro êxito no programa de progressão continuada para que daí se possa realmente atingir os objetivos.

Entrevistador: Como tem sido oferecida a capacitação dos professores mediante esse novo programa de progressão continuada?

Supervisora: A Secretaria tem uma grande preocupação com relação a isso, então, buscou-se capacitar seus profissionais. Para isso, foi criado a OTPs (Oficinas Técnico Pedagógicas) que mantém em seu quadro pedagogos, fonoaudiólogos, terapeuta ocupacional, psicólogos em constante capacitação, para que os mesmos possam atender as necessidades dos professores bem como promover cursos de capacitação para os mesmos. Nós temos o PROFA (Programa de Formação de Professores Alfabetizadores), que é um curso de 180 horas de fundamentação teórica e prática acerca do processo de alfabetização. Temos os PCNs em Ação, que é uma reflexão de prática e fundamentação teórica de áreas de estudo. Existe uma capacitação continuada dos coordenadores pedagógicos da EMEFs. Temos também capacitação para professores multiplicadores dos projetos mantidos pela Secretaria da Educação nas EMEFs, tais como: xadrez; teatro; brinquedoteca; adolescer; vida; reciclagem; trânsito, cidadania e educação.

Para finalizar, gostaria de estar realçando o que é colocado pela LDB, a lei 9394/96, que de início foi criticada, muita resistência em relação ao entendimento da lei por parte dos professores, pais de alunos. Isso porque não houve um estudo adequado sobre o objetivo real do programa de progressão continuada. Essas resistências vêm diminuindo no momento que a gente vai alcançando os objetivos propostos pelo programa.

